



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES – DEINTER
CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

LETÍCIA TELES BEZERRA FERNANDES DO NASCIMENTO

ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO EMPAZ COMO FERRAMENTA PARA
PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR DA REDE
MUNICIPAL DE FORTALEZA

FORTALEZA

2023

LETÍCIA TELES BEZERRA FERNANDES DO NASCIMENTO

ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO EMPAZ COMO FERRAMENTA PARA
PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR DA REDE
MUNICIPAL DE FORTALEZA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento

FORTALEZA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N196a Nascimento, Letícia Teles Bezerra Fernandes do.

Análise das ações do Projeto EMPAZ como ferramenta para promoção da cultura de paz no ambiente escolar da Rede Municipal de Fortaleza / Letícia Teles Bezerra Fernandes do Nascimento. – 2023.

65 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento.

1. Educação. 2. Cultura de paz. 3. Projeto EMPAZ. 4. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 320.6

LETÍCIA TELES BEZERRA FERNANDES DO NASCIMENTO

ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO EMPAZ COMO FERRAMENTA PARA
PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR DA REDE
MUNICIPAL DE FORTALEZA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Roselane Gomes Bezerra
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu pai, que durante todo o percurso sempre estimulou e incentivou meus estudos, fazendo o possível e impossível para me dar todo o suporte necessário e nunca duvidou do meu potencial, a minha mãe, que apoiou meus caminhos escolhidos e as minhas irmãs, Adriana e Sabrina.

Agradeço aos professores e à coordenação do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, pelos momentos de aprendizagem e todo o apoio prestado.

Agradeço à professora Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento por todo o apoio prestado ao longo do curso e orientação da monografia.

Agradeço às professoras participantes da banca examinadora, Dra. Suely Salgueiro Chacon e Dra. Roselane Gomes Bezerra, pela disponibilidade e suporte.

E agradeço aos meus amigos e amigas, que estiveram comigo ao longo desses quatro anos, em especial, a Abigail Ferreira, por ter tornado esse período mais leve e ter estado presente no decorrer dos anos, torcendo por mim incondicionalmente em todos momentos.

RESUMO

Com a notoriedade da posição liderada no ranking de assassinatos da violência do município de Fortaleza, no estado do Ceará, tornou-se fundamental pensar em políticas públicas que garantam mitigar os aspectos da violência. Dessa forma, destaca-se para a importância das políticas públicas de educação e cultura de paz para os jovens das escolas públicas, principalmente que possibilite o desenvolvimento de um ambiente com condições que se referem ao respeito à diversidade, à inclusão e à melhoria da qualidade de vida. O presente estudo teve como objetivo analisar o projeto Escola Mediadora que Promove a PAZ Paz com vista em três objetivos específicos, sendo o primeiro o desenvolvimento das conexões entre o ambiente familiar, o contexto socioeconômico e a violência interpessoal e coletiva a fim de entender seus desdobramentos no meio estudantil, o segundo, é estruturar o movimento de cultura de paz dentro do ensino escolar e, por último, analisar a política pública do projeto EMPAZ às escolas e seu processo funcional na cultura de paz por meio do estudo de caso. Para fundamentação do trabalho, utilizou-se o método qualitativo, com a utilização de pesquisas documentais e bibliográficas, tendo sido realizadas buscas no site da prefeitura de Fortaleza e nos sites de meios de comunicação, juntamente com entrevistas com os membros da instituição de ensino e o estudo de caso da escola Martinz de Aguiar. A pesquisa envolveu 3 profissionais da escola Martinz de Aguiar. Para a coleta de dados o instrumento utilizado foi entrevistas semiestruturadas, aplicadas entre os meses de setembro e outubro, e para a análise dos dados a utilização da estratégia foi a triangulação de dados. Como resultado dessa pesquisa, foi possível concluir que o projeto EMPAZ é resultado de um programa de atenção com foco a romper estruturas concebidas que permeiam a sociedade para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva. Ademais, é possível perceber que as ações produzidas pelo projeto dispõem de ferramentas para promover a cultura de paz e reduzir a violência na juventude, com necessidade de maiores estudos para compreender a dimensão do Projeto e seus resultados no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação; Cultura de Paz; Projeto EMPAZ; Políticas Públicas.

ABSTRACT

With the notoriety of the leading position in the ranking of murders of violence in the municipality of Fortaleza, in the state of Ceará, it has become essential to think about public policies that ensure that the aspects of violence are mitigated. This highlights the importance of public policies on education and a culture of peace for young people in public schools, especially those that enable the development of an environment with conditions that respect diversity, inclusion and an improved quality of life. The aim of this study was to analyze the Escola Mediadora que Promove a PAZ Paz project with three specific objectives, the first being to develop connections between the family environment, the socio-economic context and interpersonal and collective violence in order to understand its consequences in the student environment, the second being to structure the culture of peace movement within school education and, finally, to analyze the public policy of the EMPAZ project for schools and its functional process in the culture of peace by means of a case study. The work was based on the qualitative method, using documentary and bibliographical research, with searches being carried out on the Fortaleza City Hall website and on media websites, along with interviews with members of the educational institution and a case study of the school. The research involved three professionals from the Martinz de Aguiar school. For data collection, the instrument used was semi-structured interviews, applied between September and October, and for data analysis, the strategy used was data triangulation. As a result of this research, it was possible to conclude that the EMPAZ project is the result of a program of attention focused on breaking down the conceived structures that permeate society in order to develop an inclusive culture. In addition, it is possible to see that the actions produced by the project have tools to promote a culture of peace and reduce violence among young people, but further studies are needed to understand the scale of the project and its results in the school environment.

Keywords: Education; Culture of Peace; EMPAZ Project; Public Politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Entrada do Colégio Martinz de Aguiar	43
Figura 2 - Aula de formação do módulo EMPAZ	48
Figura 3 - Sala de informática	48
Figura 4 - Laboratório de ciências	49
Figura 5 - Biblioteca	49
Figura 6 - Arte realizada anterior a atual gestão	50
Figura 7 - Continuação da arte realizada anteriormente à atual gestão	50
Figura 8 - Fim da arte realizada anteriormente à atual gestão	51
Figura 9 - Tapete com o cartaz de Cuidados Amorosos, materiais de escrita e papéis coloridos	54
Figura 10 - Painel do Conflito	55
Figura 11 - Painel do Conflito pós-módulo.....	56
Figura 12 - Letra da música tocada de Nando Reis - Laços.	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 SUPORTE METODOLÓGICO.....	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
3.1 Perspectivas históricas sobre a origem da família.....	16
3.1.2 O papel da família na construção do indivíduo.....	16
3.1.3 O ambiente familiar dentro do desenvolvimento escolar do indivíduo.....	17
3.2. O contexto socioeconômico dentro do ambiente escolar.....	19
3.3 O contexto da violência nas escolas.....	21
3.3.1 As consequências da violência nas escolas.....	23
3.3.2 A tecnologia como estímulo a reprodução de violências.....	23
4. CULTURA DE PAZ NAS ESCOLAS.....	26
4.1 Cultura de paz.....	26
4.2 Justiça restaurativa e mediação.....	29
4.3 Os desafios contemporâneos para a construção de uma educação dentro da cultura de paz.....	33
4.4 Políticas públicas destinadas às escolas em discussão a violência e a cultura de paz.....	35
5. O PROJETO EMPAZ - Escola Mediadora que Promove a Paz.....	38
6. ESTUDO DE CASO: ESCOLA MARTINZ DE AGUIAR.....	43
6.1. Ações e resultados do Projeto EMPAZ no município de Fortaleza.....	44
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
8 REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto envolveu a questão de análise dos aspectos globais e interpessoais que contribuíram para o crescimento da violência nas escolas, contrapondo-se com a articulação da política pública municipal, compreendendo os conceitos e, direcionando um conjunto de responsabilidades difundidas na estrutura da sociedade na importância das alterações do comportamento das relações sociais. O tema trabalhado possui uma trajetória ampla em um recorte particular, possibilitando o entendimento a partir do contexto familiar, socioeconômico, e o papel das políticas públicas nas escolas na temática da violência.

A escolha do tema da pesquisa envolve o interesse pessoal pela questão e identificar a juventude como período da vida em que se forma e conduz comportamentos e relações que refletem na vida adulta e propaga-se nas gerações, podendo ser um ciclo virtuoso ou danoso que necessita intervenção para uma sociedade bem estruturada. Além disso, com a interdisciplinaridade do curso, com disciplinas de Estado, Governo e Políticas e Públicas, Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas de Juventudes, que suscitou meu aprendizado para um olhar acentuado, estimulando perspectivas de estudo dentro da temática trabalhada.

Considera-se o papel do Estado na função de mediador, dialogando, orientando e desenvolvendo políticas e programas nas temáticas a serem trabalhadas, considerando o direito à educação é direito social de promoção e proteção, envolvendo os desdobramentos ligados a função primária de defesas das liberdades na educação a partir da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, buscou-se identificar as disposições presentes no panorama atual que possam auxiliar o entendimento dos aspectos a serem abordados, na primeira parte, será evidenciada a relação entre os três aspectos necessários para compreender os desencadeamentos de seus progressos na sociedade e, mais especificamente, no meio estudantil: a família, a socioeconomia e a violência interpessoal.

Em seguida, estimou-se contextualizar o objeto da Cultura de Paz, no entendimento do seu papel de legitimação, do qual se tornou uma perspectiva progressista ao desempenhar a mudanças de cultura na sociedade, realizando a adaptação dentro das instituições escolares, além do protagonismo do desenvolvimento do indivíduo para manter o vínculo humano que envolvem o respeito, a tolerância e o papel humanitário, responsável pela reestruturação das relações interpessoais.

Por fim, foi trabalhado as políticas públicas, relacionando sua criação na tentativa de combate a um problema público e fazendo sua especificação na categoria educacional, estudando o Projeto EMPAZ (Escola Mediadora que Promove a paz) na promoção de uma cultura de paz e mediação escolar da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, direcionado a prevenção da violência e a resolução de conflitos.

Destarte, considerando a relevância da temática de Educação nas escolas para a solidificação de uma cultura participativa no contexto da sociedade brasileira atual, esta pesquisa se justificou pela possibilidade de aprimorar as políticas públicas, aperfeiçoando por meio da análise das novas estruturas que permeiam os aspectos culturais, políticos e sociais, buscando mudanças positivas na legitimação de políticas públicas futuras.

O trabalho será dividido em sete partes principais, a princípio será abordado o papel da família a partir de uma percepção histórica na construção do indivíduo e de seu desenvolvimento escolar. Seguido pela parte 2 sobre o contexto socioeconômico dentro do ambiente escolar. Na parte 3, o contexto da violência e suas consequências nas escolas, incluindo o aspecto tecnológico como estímulo à reprodução de violências. A parte 4, desenvolve-se na cultura de paz, justiça restaurativa, mediação conjuntamente aos desafios contemporâneos para uma educação dentro da cultura de paz e as políticas públicas destinadas às escolas. A parte 5, apresenta o Projeto EMPAZ. A parte 6, expõe o estudo de caso realizado em uma das escolas contempladas pelo projeto e, como encerramento, as considerações finais.

2 SUPORTE METODOLÓGICO

Esta pesquisa busca entender as relações dos fatores estruturantes e os panoramas históricos que se relacionam aos índices de violência nos ambientes escolares, investigando a existência de políticas públicas que se alinham nas áreas de saúde mental, prevenção a violência e cultura de paz nas escolas e desenvolvendo uma avaliação do Projeto EMPAZ em uma escola no Município de Fortaleza, no estado do Ceará, sob a percepção de professores que atuam em uma unidade de ensino básico e fundamental participante do projeto.

Dessa maneira, o trabalho aborda o objeto de estudo das políticas públicas para o meio educacional e o aprimoramento de um ambiente adequado e saudável, sendo uma pauta presente na formulação de políticas públicas. Em vista disso, a escola escolhida foi uma das 13 unidades de ensino contempladas pelo Projeto EMPAZ em 2017, e, diante dos objetivos da pesquisa, a escolha da pesquisa incidiu sobre os professores da escola, o embaixador da paz e, em especial, ao profissional de referência do Projeto, considerando seu papel essencial no processo de implementação e avaliação dos resultados obtidos desde o lançamento do Projeto.

Em consideração, o estudo de caso se apresenta como melhor estratégia para o alcance do objetivo geral por meio dos objetivos específicos, visto que sua contribuição se envolve na contribuição dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (YIN, 2001). Assim, a caracterização da abordagem da pesquisa a ser utilizada é a qualitativa, uma vez que “segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisada numa perspectiva integrada (GODOY, p. 21, 1995)”.

Outrossim, segundo Moresi (p. 8 e 9, 2003) a pesquisa qualitativa é fomentada como um vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, de forma que não pode ser refletido em uma base de dados a partir de um número ou gráfico. Tendo essa relação entre o mundo real e o sujeito, se têm a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados como dinâmicas básicas em um processo qualitativo, utilizando o meio a ser estudo, mais especificamente delimitando um espaço a ser trabalhado localizado no bairro Monte Castelo, dentro da Área Integrada de Segurança 4, do qual representa a 8ª área com maior número

de homicídios em Fortaleza, como fonte direta na coleta de dados e o sujeito da pesquisa como instrumento-chave.

Na primeira etapa da pesquisa, houve a ênfase no estudo da pesquisa bibliográfica, considerando que ocorre uma cobertura ampla de todos os fenômenos a serem trabalhados, retendo dados mais específicos que contribui para conhecer os aspectos abordados no presente trabalho (GIL, 2002). Assim, a partir do uso de trabalhos anteriores com relevância dentro da temática é possível coletar materiais responsáveis a contribuir para a construção desse estudo para conceituar as terminologias trabalhadas e compreender as representações sociais relacionadas à cultura de paz nas escolas.

Na sequência, a segunda etapa da pesquisa está envolvida na análise da pesquisa documental obtida a partir da utilização de fontes primárias, a análise da pesquisa documental busca o manuseio de estudar diferentes perspectivas, mediante um tratamento analítico ou reexaminar para novas ou interpretações complementares para contribuições importantes no estudo da temática (GODOY, 1995).

Em continuidade, na terceira etapa temos o enfoque na pesquisa de campo, utilizado a estratégia do estudo de caso, realizando as entrevistas semi-estruturadas com os funcionários de rede pública municipal Professor Martinz de Aguiar, que foram gravadas, transcritas e analisadas, tendo seu roteiro desenhado a partir dos conhecimentos adquiridos durante as outras etapas por meio das outras pesquisas, proporcionando a coleta de dados sobre as concepções e vivências de seu cotidiano, considerando que “pode fazer emergir informações de formas mais livres e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas” (MANZINI, 2004), com o objetivo de

Atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos sociais. Assim, as perguntas descritivas teriam grande importância para a descoberta dos significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais (MANZINI, 2004).

Além disso, permite ao entrevistador realizar as adaptações necessárias, deixando um seguimento de perguntas flexível para poder trabalhar em diferentes ramificações que possam contribuir para o objeto de estudo.

Acresça-se, ainda, a vantagem da entrevista considerando outras técnicas usuais seja a inclusão de um recolhimento imediato das informações desejadas, captando dados que não seria possível retirar em métodos mais superficiais. Por conseguinte, “uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais” (LÜDKE, p.34, 1986).

Na última etapa, o uso da observação participante será utilizado para melhor perspectiva do evento da análise, participando das relações sociais e auxiliar no entendimento das ações que ocorrem no contexto a serem observadas, considerando as condições de tempo, lugar e circunstâncias no ambiente do estudo de caso a ser desenvolvido para a relevância e aplicabilidade desse método (MINAYO, 2007).

Por fim, para a interpretação dos dados coletados, a estratégia escolhida foi a triangulação de dados, para Karine (et al, 2020) o método permite além de alcançar os objetivos, confere a confiabilidade dos dados e rigor à investigação, visto que se entrelaça com a triangulação metodológica, tendo a pesquisa documental e a observação participante que permite delimitar um estudo específico e possibilita a compreensão das relações em diferentes perspectivas. Desse modo, com as informações obtidas durante a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, é compreendida a necessidade da política pública e alcança um nível mais específico e profundo, permeando na qualidade de sua eficácia.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, será abordado um dos conceitos sobre o surgimento da família tendo como base a conceitualização na Roma Antiga e como ao passar dos séculos ocorreu uma ressignificação do termo, associando-se a religião e ao vínculo afetivo, entendendo a família como uma função estruturante para a formação do indivíduo, no sentido da relação do meio externo com as particularidades internas do ambiente dentro de cada relação familiar e como pode influenciar o desenvolvimento escolar e na capacidade de socialização entre a comunidade. Em seguida, é desenvolvido os aspectos dos fatores socioeconômicos e como a desigualdade afeta o ambiente escolar, seguindo a introdução do conceito e as formas de expressão da violência nas consequências psicológicas tanto para o agressor como para a vítima. Além disso, tendo a violência amplificada no Brasil por meio dos discursos de ódio à diferença, propagado pelas plataformas tecnológicas. Por fim, é desenvolvido o conceito da cultura de paz e a sua aplicação no individual e coletivo com os processos complementares que se inserem para fomento dos resultados, atingindo a justiça restaurativa e a mediação para construção de uma relação de confiança na sociedade, apresentando os desafios atuais na construção de uma educação dentro da cultura de paz para que, em suma, entender as políticas públicas e seus impactos na discussão a violência e a cultura de paz.

3.1 Perspectivas históricas sobre a origem da família

Segundo Barreto (2013), a família foi a primeira célula de organização social constituída por um grupo de pessoas com ancestrais em comuns ou ligadas a partir dos laços afetivos, seu termo foi criado na Roma antiga, originando-se do latim da palavra *famulus* e traduzindo para “escravo doméstico”, uma vez que esse termo se referenciava a grupos sujeitos à escravidão agrícola. Retomando para o conceito tradicional, a família estabeleceu sua organização em uma conjuntura patriarcal do qual “prevalecem as relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres e

os demais sujeitos que não se encaixam com o padrão considerado normativo de raça, gênero e orientação sexual” (FOLTER, 2023).

Em visto disso, na Antiguidade, a família se caracterizava pela falta ou escassez de afeto entre seus membros, realizando a união com o intuito de preservação de bens, enquanto as crianças participavam de um processo diferente ao que relacionamos a infância, no caso dos garotos, “considerando que tão logo adquirissem porte físico para trabalhar, misturavam-se aos adultos e partilhavam os afazeres domésticos” (BARRETO, 2023). Já as garotas, ao atingirem a maturidade, perdia o vínculo com a família de origem para ingressar na família de seu cônjuge.

Com o passar dos séculos, a transformação na estrutura familiar passou a ser associada com o movimento do cristianismo e as cerimônias religiosas, com a Igreja interferindo nas práticas e crenças adotadas que pudessem atingir a conjuntura implementada, o aborto, o adultério e as relações homoafetivas, por exemplo, que apesar das práticas ainda realizadas, tinha-se a necessidade da discricção durante a prática dos atos. Após esse período, adicionando o elo do afeto ao conceito adotado pela Igreja, têm-se a família contemporânea, com características de diversidade, afetividade, e convivência, ultrapassando a relação sanguínea e dando margem a filiação socioafetiva (BARRETO, 2023).

3.1.2 O papel da família na construção do indivíduo

Considerando o papel da família na sociedade, é o

Primeiro sistema no qual um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais são vivenciados pela pessoa em desenvolvimento e cujas trocas dão base para o estudo do desenvolvimento do indivíduo (SILVA, et al. apud SIGOLO, 2004).

Apesar de compreender que esse sistema foca nas particularidades do ambiente do qual se foi inserido, utilizando as experiências individuais que serão compartilhadas na sociedade dentro do padrão de vivências, atitudes, linguagens, entre outros, utilizamos considerar seu papel para compreender as experiências humanas. (SIGOLO, 2004).

Nesse sentido, Sigolo (2004) cita que a socialização das crianças está relacionada por meio das participações dentro de suas relações familiares ao longo dos anos, destacando que essas relações não estão livres de sofrerem nenhum tipo de interferência, mantendo-as constantes e fixas, visto que os membros não estão isolados socialmente do meio externo, sendo esse sofrendo alterações frequentemente interligadas com as crianças. Além disso, os estilos de interações entre membros e crianças vão além do cenário dentro de sua residência, um dos modelos propostos para estudar famílias, a teoria bioecológica de Bronfenbrenner, defende investigar o meio ambiente ecológico, por meio dos conjuntos de sistemas interdependentes, analisando os às condições estruturantes em que vive, a conjuntura socioeconômica, o nível educacional materno, o suporte social, além dos fatores genéticos e psicológicos também envolvidos para as possíveis determinantes.

Dessa maneira, as situações iniciais que envolvem o aprendizado e o conhecimento e aplicação de padrões, normas e valores vem da experiência familiar, de agentes sociais que envolvem os pais, avôs, irmãos e tios, podendo ser mecanismos de risco ou proteção, definindo o desenvolvimento da criança. A pobreza é definida como o fator de risco mais grave que pode atingir a família, a partir de que as consequências desse agente envolve a probabilidade de introduzir outros riscos, uma vez que pode se abranger a limitações de oportunidades dentro da sociedade (Williams & Aiello, 2004 apud Silva, 2008).

3.1.3 O ambiente familiar dentro do desenvolvimento escolar do indivíduo

Mediante o caráter da teoria bioecológica, baseando-se na influência do ambiente capaz de modificar as interações a partir de novos elementos, existem algumas fases de desenvolvimento considerados mais sensíveis segundo Erikson (1976, apud Silva, 2008), mais especificamente entre os 6 e 12 anos, o autor disserta que nesse período, ocorre uma crise evolutiva justificada a partir do desafio da produtividade, ou seja, as atividades realizadas nessa fase para obter um reconhecimento social por meio da capacidade de produção positiva nessa idade. Considerando que esse estágio

Trata-se de uma fase em que não só o contexto físico e social se alarga e diferencia, mas também as expectativas do meio social tornam-se mais exigentes, a dependência é menos tolerada e o suporte está menos disponível. A exposição ao julgamento dos outros passa a ser percebida com mais clareza em função das aquisições cognitivas, provocando nas crianças a motivação para corresponder às cobranças da família, da escola e do grupo de companheiros, muitas vezes conflitantes (SILVA, 2008 apud MARTURANO & LOUREIRO, 2003).

Dessa maneira, o ambiente escolar se insere na sua importância da educação ser “num certo sentido uma atividade pública, pois funciona fora de casa. Mas permanece para os alunos um ambiente segregado distinto do mundo adulto do trabalho e de outros envolvimento” (Giddens, 2002, p.142). Mais especificamente, no ensino fundamental, existe um ponto de transição essencial onde requer maior adaptação ao meio, com uma demanda maior de responsabilidades, onde começa a ser cobrado o desempenho acadêmico, o envolvimento das relações com os colegas de salas com atividades ligadas entre si e estabelecer o comportamento apropriado a partir das normas e padrões estabelecidos no espaço (SILVA, 2008).

Em continuidade, a participação familiar envolve auxiliar a criança durante este processo de transição, apoiando nas condições de adaptação a partir das novas demandas e fomentar o desenvolvimento escolar. Além disso, uma pesquisa realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, 2018) mostrou que os pais que cooperam nas escolas do filho, possuem desempenho escolar melhor, tendo o aumento de mais de $\frac{1}{4}$ da média em ciências, disciplina da qual foi escolhida para avaliar pelo Programa. Ademais, esse envolvimento se torna presente da disponibilização de materiais e jogos didáticos realizados durante os anos de vida do infante, promovendo o progresso no aprendizado escolar “está associada à supervisão e à organização das rotinas no lar, a oportunidade de interação com os pais e à oferta de recursos no ambiente físico (MARTURANO, 1999 apud SILVA, 2008)“.

No entanto, os riscos citados anteriormente, podem interferir de forma significativa na ampliação de problemáticas nos contextos educacionais, comportamentais e de delinquência considerando que esses panoramas desestabilizam o ambiente em que a família e a criança se inserem, apesar de não existir uma relação de causa e efeito como descreve Silva (2008), as circunstâncias

que se inserem estão em concordância com o que é apresentado na teoria bioecológica, onde se insere o vínculo da criança, a escola e o meio social habitado.

3.2. O contexto socioeconômico dentro do ambiente escolar

A partir do entendimento que o ambiente se dispõe de “um conjunto de condições que influenciam a vida social, cultural, moral e até mesmo escolar do homem, é possível perceber como ele é um agente continuamente presente na vivência humana” (NASCIMENTO; ORTH, 2008), além do ambiente familiar já trabalhado anteriormente, ainda existem os ambientes físicos definidos a partir das diferenças sociais, econômicas e culturais existentes. Realizando a comparação do ambiente físico do qual se situa a moradia da criança, temos o contraste das residências em que se situam em áreas nobres das grandes cidades, com a rede de saneamento básico bem distribuído e a infraestrutura de qualidade àquelas moradias localizadas nas áreas periféricas onde é predominante casas pequenas e agrupadas, sem uma infraestrutura adequada, do qual o saneamento básico não é satisfatório, onde uma quantidade superior de membros de uma família vivem sem ser de uma forma harmônica.

Em continuidade, segundo o site Nova Escola (2007), no ano de 2000, um grupo de pesquisadores do CEM (Centro de Estudos da Metrópole) iniciou a discussão sobre as desigualdades que podem acontecer ao residir em diferentes regiões de uma cidade, com maior número de pessoas em situação de pobreza e com o menor número. Em 2004, foi realizada uma pesquisa com a população adulta 40% mais pobre com o intuito de observar as diferenças entre ser pobre em áreas nobres e periféricas. Nesse sentido,

Foram observados dois indicadores que influenciam o desempenho escolar das crianças: infra-estrutura e serviços associados ao ensino (merenda escolar, transporte, uniforme, biblioteca, computadores) e o tempo de permanência na escola. Quanto aos serviços, percebeu-se que tanto no centro como na periferia, em geral, os alunos têm acesso a eles (NOVA ESCOLA, 2008).

Além disso, em outra parte da pesquisa, focada na jornada de trabalho dos professores, mais especificamente dos profissionais da 1ª a 4ª série, das unidades de ensino de redes estaduais e municipais, os pesquisadores questionaram a rotatividade de professores substitutos e temporários, com uma frequência superior em zonas periféricas, justificaram a utilização do concurso público como um “processo justo, democrático e meritocrático, mas que pode ter efeitos problemáticos” (NOVA ESCOLA, 2008). As adversidades encontradas estão inseridas no processo de local que o profissional irá escolher para trabalhar, aqueles com melhores classificações podem escolher onde irão ministrar as aulas, escolhendo zonas mais próximas de suas residências e escolas com melhores classificações (ambiente, infraestrutura, segurança, rendimento médio escolar, entre outros).

Ademais, é acrescentado que os contratados podem solicitar sua retirada na escola após um ano, assim, os candidatos aprovados nas últimas colocações, geralmente com menos experiência, precisam lidar com a ausência ou pouca estrutura na escola, além de um projeto pedagógico inconstante e a falta de uma rede educacional fixa, formada por diretores, coordenadores e supervisores que também sofrem alta rotatividade. Dessa forma, os pesquisadores, considerando todos os aspectos abordados, chegaram a um quadro que chamam de “paradoxos da universalização”, que se baseia em distribuir de maneira igualitária os recursos e alocação de profissionais as redes de ensino, não analisando as distinções em que cada unidade educacional possui e aos obstáculos a serem trabalhados para resolução de problemas (NOVA ESCOLA, 2008).

3.3 O contexto da violência nas escolas

Para conseguir determinar o conceito da violência, é necessário entender, primeiramente, as multiplicidades em que esse fenômeno está inserido, a partir da sua expressão em formas distintas,

Cada termo utilizado para definir a violência conduz a um mundo conceitual cujos contornos são determinados por uma tradição sociocultural e pela experiência de vida de cada indivíduo. Por essa

razão, inevitavelmente, projetamos sobre as palavras as nossas emoções e conhecimentos, colorindo ou desbotando as verdadeiras cores do fenômeno e seus sentidos (ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010).

Assim, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) definiu a violência como “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”. Além disso, ao compreender que a violência é um fenômeno histórico, que varia a partir dos contextos sócio-culturais e está presente no cotidiano, tem-se a especificidade no que se é manifestado dentro das instituições escolares,

A escola torna-se um local de reprodução das relações e da hierarquia social, como espaço favorável para reproduzir valores, padrões de comportamentos e modos de se vestir, sentir e agir, sempre de acordo com os grupos dominantes, colaborando para o aumento da desigualdade social (SOUZA, 2008)

Dessa maneira, as diferentes formas de violência também são conceituadas segundo a natureza dos atos cometidos, entre elas, neste trabalho teremos o enfoque na violência física e psicológica, em virtude dos seus números representarem as maiores ocorrências em relação aos outros tipos de violência nas escolas. Em continuidade, situações de violência e desrespeito nas escolas estão se tornando cada vez mais comum na exposição das mídias e noticiários, uma pesquisa realizada em 7 capitais brasileiras (Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Maceió, Salvador, São Luís, Vitória) pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em parceria com o Ministério da Educação e a Organização dos Estados Interamericanos (OEI) em 2016 revelou que a violência verbal ou física atingiu 42% dos alunos da rede pública. Além disso, quando se aprofunda no estudo para entender o perfil dos agressores, tem-se a focalização do jovem, isto é, outro estudante, como promotor da agressão, representando 65% entre os outros perfis que envolvem professores, pessoas de fora da escola, funcionários e diretores.

Acresça-se, ainda, que quando estes dados se centralizam sob a capital cearense, Fortaleza, o número se torna ainda mais alarmante, revelando que 67,2% dos estudantes do 6º ano do ensino fundamental até o ensino médio já foram agredidos no ambiente escolar (APEOC, 2017). Desse número, 26,7% representa a sala de aula como local onde ocorreu a violência, o maior número quando comparado com os outros locais expostos no questionário. Cabe abordar que há um pressuposto desse ambiente que deveria ser de seguridade e protetivo entre os estudantes, fundamentando-se na ideia que existe uma figura de autoridade (professor) que está supervisionando e mediando o espaço, mas o que ocorre é a banalização da violência, atitudes agressivas não são vistas e tratadas na seriedade, ocorrendo microviolências como empurrões, gritos e bullying, atos esses que se não intervistos e disciplinados os autores, podem gerar agressões mais sérias (BARBIERI; SANTOS; AVELINO, 2021).

Ademais, os quadros gerais de observação das agressividades feitas pelos alunos podem envolver seu ambiente doméstico, familiar ou social, como bem aponta Souza (2008) “o indivíduo que possui comportamentos agressivos na escola, muitas vezes sofre ou presencia atos de violência, pois geralmente está cercado por instrumentos e situações que remetem à violência”. A mídia, como Souza (2008) exemplifica, é um instrumento capaz de desenvolver atitudes violentas em crianças e adolescente, com distorções da realidade e a romantização dos atos para que a violência seja encarada de forma natural.

3.3.1 As consequências da violência nas escolas

Considerando os conceitos abordados que envolvem fatores culturais, econômicos e sociais dentro das instituições escolares que podem auxiliar na compreensão do fenômeno da violência nesse ambiente, há, ainda, o estudo dos efeitos que esta pode infligir no agressor e na vítima. No segundo caso, a problemática inicia-se na dificuldade de aprendizagem que afeta o rendimento escolar, isso se decorre a partir da interferência na qualidade de ensino e do projeto pedagógico da escola, do qual os bens físicos das escolas podem ser danificados e o núcleo de pessoas que trabalham na escola pode ser afetado visto que desestrutura projetos e o ensino aprendizagem.

Além disso, os alunos agredidos podem passar a desenvolver ou agravar problemas psicológicos relacionados a ansiedade, insegurança, baixa-estima, depressão e, até mesmo, a agressividade em atitudes, uma vez que exista a necessidade de externalizar suas dores para aqueles em condições ainda mais vulneráveis, gerando um ciclo de violência. Ademais, quando a violência é prolongada/intensificada ocorre o agravamento da situação, podendo levar aos alunos ausentar-se da escola, reprovar no ano letivo e provocar a evasão escolar, implementando uma desordem coletiva nos relacionamentos entre discentes, docentes e com a sociedade (Correia e Carneiro, 2008 apud . Lima, 2016).

No que se refere aos efeitos resultantes para o agressor, sucede-se a dificuldade na promoção de interações sociais, seja com os colegas ou professores, a convivência se torna delicada, uma vez que o aluno autor dos atos têm o comportamento autoritário, impulso e intolerante, e, da mesma forma que afeta as vítimas, há o desbalanceamento das relações sociais que envolvem o indivíduo, prejudicando o desenvolvimento escolar do aluno que reflete em toda sua base estrutural, seja na entrada no mercado de trabalho, na formação da família como na participação civil que afeta toda essa estrutura de violência que se impede de descontinuar (Medina. 2018).

3.3.2 A tecnologia como estímulo a reprodução de violências

Segundo Rothgiesser (2010), a nova revolução tecnológica, mais precisamente na concentração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) remodelou de maneira rápida e intensa a base material da sociedade, como protagonista desse período, a *internet*, se tornou um mecanismo primordial para a geração e a divulgação de informações. Dessa maneira,

A partir da dimensão sociológica, do “início de uma nova era, a era da informação” (Castells, 2007), evidencia-se a conjunção de uma série de inovações institucionais, tecnológicas, organizacionais, econômicas, políticas e sociais, a partir das quais a informação e o conhecimento passam a desempenhar um papel estratégico (ROTHGIESSER, 2010).

No Brasil, o país está habituado à internet em sua utilização comercial há cerca de 20 anos, dessa forma, a polarização ainda é considerada recém-fundada no país, sendo a fase mais recente responsável pelas transformações nas relações entre pessoas (Nassif, 2020). A partir da utilização dos algoritmos cada vez mais desenvolvidos e implementados nas redes de forma ágil, ocorre a transformação para as “bolhas sociais”, onde

É entendida como um grupo de pessoas que se unem por interesses semelhantes e acabam por excluir a participação de quem tem pensamentos contrários. Isso limita as relações e, de certa forma, protege o grupo, mantendo um equilíbrio (DOCKHORN, 2022).

Assim, é inexistente a possibilidade do debate, impedindo o objetivo de conectar diferentes perspectivas e propagação de informações ao incentivo do diálogo, decretando um sistema polarizado de interesses, onde o excesso de informações gerou a procura por novas referências e semelhanças e a seleção da alternativa de escolha sobre o que é verdadeiro ou não, usando crenças e gostos individuais para conferir credibilidade às informações encontradas nas redes (DOCKHORN, 2022).

Voltado ao ambiente escolar, a mídia tem noticiado no pré e pós-período eleitoral, episódios de ofensas, agressões e racismo envolvendo os estudantes nas instituições de ensino do Brasil (IBEE, 2022). O levantamento realizado pela pesquisadora Michele Prado, do Monitor do Debate Político no Meio Digital da USP (Universidade de São Paulo), registrou 22 ataques a escolas entre outubro de 2002 e março de 2023, e desses casos, 11 foram registrados somente em 2022 e 2023 (BBC, 2023).

Nesse sentido, para o psicólogo Jean Von Hohendorff, o próprio estado brasileiro, incapaz de garantir direitos básicos à sociedade, sendo essa o reflexo a ser inserido na escola, foi responsável pelo fomento a violência por meio de um discurso de ódio à diferença e ao acesso às situações de exposição a processos violentos, que pode ser expresso por negligência familiar, o autoritarismo e o conteúdo disseminado nas redes sociais e plataformas de bate-papo (BRASIL DE FATO, 2023).

De acordo com a psicanalista Sylvia Caram, especialista em Educação Infantil da PUC-Rio, "a criança é uma esponja porque precisa de um referencial. Quanto menor ela for, mais fácil a criança estar apenas repetindo aquilo o que foi falado porque ela precisa partir de algum lugar" (ESTADO DE MINAS, 2022).

Outrossim, ainda que a autonomia de opinião tornou-se mais escassa, associada a maior exposição da internet no período pandêmico, defendendo como verdade única o que se encontra nas redes compartilhado entre influenciadores de suas bolhas sociais e no ambiente familiar, a intolerância abrangeu a desestruturação do debate político no meio estudantil, ameaçando os valores democráticos no atual cenário do país e influenciando o índice de violência no meio estudantil (ESTADO DE MINAS, 2022).

4. CULTURA DE PAZ NAS ESCOLAS

4.1 Cultura de paz

Segundo Corrêa (2003), as tentativas ocorridas previamente a partir de acordos e tratados para promover a paz falharam ao tentar impor um ato que envolve muito mais que assinaturas dentro de alguns papéis, a autora defende que enquanto não mudar os valores prorrogados dentro da sociedade, que envolvem a cultura em seus aspectos “econômicos, políticos, sociais, emocionais, morais etc” (Milani, apud Corrêa, 2003), as únicas mudanças que poderão ser notadas é um intervalo temporário para os atos de violência. Para proporcionar mudanças em que paz governe nas relações, é necessária uma ação conjunta individual e social, que envolve a atuação do Estado e da sociedade, considerando que

Promover a Cultura de Paz significa e pressupõe trabalhar de forma integrada em prol das grandes mudanças ansiadas pela maioria da humanidade – justiça social, igualdade entre os sexos, eliminação do racismo, tolerância religiosa, respeito às minorias, educação universal, equilíbrio ecológico e liberdade política (Milani, apud Corrêa, p. 31, 2003).

Em continuidade, para construir uma cultura de paz é necessário desenvolver dois níveis básicos: o micro e o macro. O primeiro está envolvido de uma maneira mais particular, referindo-se ao indivíduo, com possibilidades de ação infinitas que vão desde o comportamento exposto até os círculos de amigos, tendo atuações mínimas, mas que geram uma grande contribuição nesta construção. Já o segundo, circunda um nível de complexidade maior, que se refere a “repensar os processos sociais, definir estratégias de mudança coletiva, criar políticas públicas, estruturas institucionais e programas educativos e sociais condizentes com os valores da paz” (Milani, apud Corrêa, p. 32, 2003). Apesar da

diferenciação existente, ambos níveis devem ser desenvolvidos simultaneamente e de forma interdependente (Milani, apud Corrêa, 2003).

Ademais, o conceito de cultura de paz ainda é considerado recente, estando em construção para representar os contextos e as realidades que envolvem, não significando que a sociedade não deverá mais enfrentar conflitos, mas solucionar os mesmos de forma pacífica, trabalhando com o equilíbrio das relações e promovendo a tolerância. Assim como retratado em outros países e no Brasil, uma das propostas do enfrentamento da violência foi a repressão, a utilização da força, seja no endurecimento das leis ou no policiamento ostensivo. Essa perspectiva apesar de popular, visto que aparenta ter resultados rápidos e “e contribui para uma sensação abstrata (mas fundamental) de segurança e de fim da impunidade” (Milani, apud Corrêa, p. 38, 2003), possui falhas em estudar os aspectos socioeconômicos e as especificidades dos indivíduos, promovendo um ato visto como justo, porém sem equidade.

Outra perspectiva trabalhada é o aspecto estrutural, apesar de ser um aspecto contundente ao entender como o contexto econômico e social afeta nos padrões de comportamento, a dificuldade se expõe ao expor a proposta de longo prazo, entendendo que os problemas envolvidos não vão ser resolvidos em um curto período, podendo gerar uma sensação de impotência ao vincular questões complexas que representam questões das quais a população não consegue intervir (Milani, apud Corrêa, p. 38, 2003).

Contudo, apesar da complexidade que pode ser desestimulante, nos ambientes escolares, apesar dos recursos limitados, é possível encontrar “diversas possibilidades à sua disposição e as inúmeras experiências exitosas de escolas que, a despeito das dificuldades e limitações, estão cumprindo com sua missão, formando crianças e adolescentes cidadãos” (Milani, apud Corrêa, p. 38, 2003).

Por fim, o último paradigma é o da cultura de paz, a partir das transformações dos níveis micro e macro, o modelo enfatiza os processos complementares, reduzindo os índices de violência em ações “fundamentadas na educação, saúde, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida” (Milani, apud Corrêa, p. 38, 2003),

No que se refere à escola, a abordagem da Cultura de Paz ressalta diversas necessidades e estratégias: uma relação educador-educando fundamentada no afeto, respeito e diálogo; um ensino que incorpore a dimensão dos valores éticos e humanos; processos decisórios democráticos, com a efetiva participação dos alunos e de seus pais nos destinos da comunidade escolar; implementação de programas de capacitação continuada de professores; aproveitamento das oportunidades educativas para o aprendizado do respeito às diferenças e a resolução pacífica de conflitos; abandono do modelo vigente de competição e individualismo por outro, fundamentado na cooperação e trabalho conjunto etc. (Milani, apud Corrêa, p. 38, 2003)

Acresça-se, ainda, que no modelo da Cultura de Paz é aceito e envolvido a análise da violência como um fenômeno multidimensional e multicausal, Corrêa (2003) salienta que o discurso da Cultura de Paz ainda é muita vezes deturpado, visto que ao ouvir essa expressão, o senso comum predomina ao querer delimitar atitudes que se fomentem apenas em boas intenções, reduzindo a ação do indivíduo e descaracterizado de suas atitudes normalizadas dentro da sociedade, não analisando a aplicação das relações inter e intra societais.

Para a prevenção da violência nas escolas, Milena (apud McAlister, 1998) revelou que a redução da violência juvenil está vinculada com resultados positivos a partir da utilização de várias estratégias combinadas para atuar em diversas causas de maneira simultânea. Nesse sentido, para promover a Cultura de Paz nas escolas é necessário excluir as premissas baseadas em achismos, com pressupostos criados sem nenhuma fundamentação teórica que envolvem as crenças da banalização tanto da violência como da paz; a repressão como solução a uma problemática que envolve diversos eixos; culpabilizar exclusivamente os jovens ou equipe pedagógica; entre outros.

4.2 Justiça restaurativa e mediação

O âmbito da justiça restaurativa engloba-se em um processo de constante adaptação, se regulando a partir da necessidade vista em cada contexto, o modelo utilizado nesta justiça no Brasil é considerado restritivo comparado aos países

estrangeiros, visto que “carece de muitas transformações legislativas para a aplicação integral da justiça restaurativa” (Gonçalves de Pinho, 2016). Outrossim, Gonçalves de Pinho (2016) ressalta que as premissas utilizadas no atual modelo penal empregado não contemplam a importância de avaliar o impacto psicológico no momento de aplicar a pena, com o caráter reducionista, um sistema em que a privação da liberdade é usada como método punitivo do qual segrega indivíduos gerará separações entre a sociedade e o desmantelamento dos vínculos nas comunidades,

Tal sistema ignora o caráter secundário do rigor nominal da pena, reduzindo-o a uma mensagem intimidatória desprovida do conteúdo social e comunitário da prevenção. Tendo por base essas características, impingem no cidadão o ideal de sofrimento como fundamento para reação penal. É a cultura da violência. Numa sociedade dominada pelo “medo da criminalidade” e a fobia acerca da insegurança, a violência punitiva estatal surge como a solução de todos os males, numa visão esdrúxula de feedback ou retro-alimentação cotidiana (GONÇALVES DE PINHO, 2016).

Ademais, Gonçalves de Pinho (2016) acrescenta que este modelo penal não dá voz ativa e participativa para restauração da legitimação da vítima, onde é suposto de ocorrer a reparação das ofensas cometidas e promover a reestruturação da paz jurídica. Dessa maneira, o modelo penal exige modificações a fim de corroborar para trazer um papel de relevância, fortalecendo os valores dentro da sociedade em alternativa a uma justa proposta de justiça, minimizando as consequências em um modelo que busca evoluir na solução efetiva em lidar com o conflito “reiterando o comprometimento das partes na busca de uma solução negociada, reduzindo os efeitos estigmatizantes de uma eventual vitória ou derrota processual, gerando um enorme potencial de pacificação social (Gonçalves de Pinho, 2016).

À vista disso, o paradigma da Justiça Restaurativa se insere no preposto de avançar na reeducação e reinserção do condenado diante da sociedade, ao superar o que o autor chama de barreira cultura punitiva, em uma construção de um paradigma com teor mais humanitário e racional, com aplicações justas e

compatíveis com as infrações cometidas para uma estrutura que pende a fragilização e a criminalização para uma nova em que reforça o respeito e a conscientização (Gonçalves de Pinho, 2016).

Em seguimento, o modelo de justiça restaurativa expande sua disposição ao que é o crime, Gonçalves de Pinho (2016) explica que esse segundo é visto em sua forma convencional como um tipo particular de comportamento, em que um dano é feito na sociedade, da qual exige uma punição para restauração das normas e promover a sensação de senso de justiça sendo realizado. Na Justiça Restaurativa, o comportamento do crime, apesar de também se referir a violação da ordem social, é necessário realizar observações das raízes que permeiam o processo, do qual está dentro de conflitos sociais, desigualdades, e dano às relações entre os indivíduos,

O sistema punitivo é o ato de poder para expressar a desaprovação, e possibilita a submissão, porém é neutro quando chegar nas questões dos valores. No sistema restaurativo, a vítima e as consequências sociais são incluídas, e não é moralmente neutro, na medida em que embute valores na busca pelo restabelecimento social (GONÇALVES DE PINHO, 2016).

Assim, é válido ressaltar que a sensação do senso de justiça para as vítimas não deve apenas ser contabilizada a partir da punição negativa ao transgressor, mas na alternativa de encontrar pontos positivos em prol dos envolvidos que sofreram danos, introduzindo as temáticas que envolvem a retribuição e a restauração, não querendo substituir o sistema de justiça tradicional do país, apenas complementando de forma mútua da qual é inserido os cenários complexos que perpetuam os delitos, que envolvem os múltiplos contextos culturais, econômicos, sociais e políticos (Gonçalves de Pinho, 2016).

Além disso, a justiça restaurativa compreende o confronto em todas as partes envolvidas do conflito, como bem aponta Gonçalves de Pinho (2016) “a utilização instrumental da mediação, por fórmulas, programas e procedimentos que devem observar os direitos fundamentais do infrator”. Nesse sentido, o modelo proporciona vantagens tanto para o infrator como para a vítima. No primeiro caso, é

promovido o sujeito a oportunidade seu desenvolvimento no amadurecimento pessoas, bem como sua conscientização de seus atos e entendimento das consequências geradas para a vítima e do ambiente envolvido, que inclui também aos familiares, podendo estabelecer formas de reparos, gerando uma oportunidade de se comprometer na solução dos problemas causados, humanizando a relação social juntamente com o comportamento criminal.

Desse modo, há três estruturas conceituais que compõem a proposta da justiça restaurativa, são essas: a janela de disciplina social, papel das partes interessadas e tipologia das práticas restaurativas. A janela de disciplina social está relacionada a que todos os indivíduos tenham um cargo de autoridade na sociedade, com papel que exigem a manutenção da chamada disciplina social que envolve os fenômenos sociais (relações familiares), partes dos poderes públicos (magistérios, magistratura, entre outros), ações a serem executadas (políticas públicas) e inúmeras outras situações que envolve uma relação de poder (Gonçalves de Pinho, 2016).

Em vista disso, na área das práticas restaurativas, é reunido todos os conjuntos necessários para expressar desde as percepções até a atuação conjunta do progresso de uma solução, na proposta de reparar danos e criar métodos para que os atos não virem uma constante. A segunda estrutura, o papel das partes interessadas, é dividida em partes interessadas principais e secundárias. Nas principais, segundo Gonçalves de Pinho (2016), é composta apenas pelas vítimas e os infratores, contudo, na justiça restaurativa, é aceito membros que possuem relação significativa nas duas partes e que podem ter sido considerados diretamente afetados, que podendo ser familiares, colegas, professores, ao variar dentro da esfera do ambiente que aborda o delito, considerando que

Cada delito gera uma diversidade de soluções e necessidades específicas, na qual só com a participação ativa das “comunidades” serão capazes para chegar a um acordo restaurativo com alto índice reparatório e a satisfação de todos os interessados, delineando as medidas que serão tomadas para coibir novos delitos e de que forma vítimas e acusados serão reintegrados às suas “comunidades” e por consequência a sociedade (GONÇALVES DE PINHO, 2016).

Nesse encadeamento, as partes interessadas secundárias são compostas por segmentos dentro do círculo de responsabilidade, onde não existe o elo emocional e não deve comprometer o processo de reconciliar e reparar, uma vez que os danos causados é indireto e impessoal (Gonçalves de Pinho, 2016). Em outras palavras, organizações educacionais, religiosas, vizinhos, dentre outros, representam seus papéis nas partes secundárias, atendendo as necessidades coletivas, em que se responsabilizam por “apoiar, facilitar, e colaborar com os processos, tendo em vista que a determinação do acordo dar-se-á pelas partes interessadas principais” (Gonçalves de Pinho, 2016).

A partir do conjunto das partes interessadas, e tendo seus respectivos papéis bem desenvolvidos, haverá uma voz ativa durante todo o processo restaurativo, construindo uma relação de confiança em todas as partes com a comunidade inserida, fortificando o relacionamento em que todos os segmentos terão responsabilidades de maneira igualitária, alterando toda a conjuntura da sociedade a partir da eficiência de suas respectivas atuações durante o método da Justiça Restaurativa.

Por fim, a tipologia das práticas restaurativas refere-se “a responsabilização deve ser o valor restaurativo de maior grau de importância no sentido de alcançar os objetivos propostos no procedimento da justiça restaurativa” (Gonçalves de Pinho, 2016). Assim, esta se refere ao progresso em que as partes principais e secundárias estarão dispostas a desempenhar seus comportamentos diante das responsabilidades a elas submetidas, onde a participação baixa ou parcial afeta as pautas do reconhecimento dos atos ao compromisso de reparação, adicionando-se os operadores do Estado em suas esferas de atuação.

Nos ambientes escolares, a adoção de práticas restaurativas ainda é recente e, segundo Araújo (2013), “foram impulsionadas em decorrência da criação de Projetos promovidos pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento”, e posteriormente com parcerias e apoio das Secretarias de Educação. Ainda conforme a autora, esses projetos protagonizam oportunidades de capacitar educadores, multiplicando os conhecimentos adquiridos nas comunidades e facilitando os círculos restaurativos.

4.3 Os desafios contemporâneos para a construção de uma educação dentro da cultura de paz

Segundo Custódio (2016), um dos maiores desafios na educação contemporânea é oferecer conhecimento e profissionalização, ambos de qualidade, para contribuir no sucesso voltado ao mercado de trabalho e na vida social. Quando se associa a cultura de paz nas instituições de ensino, implica-se trabalhar os conceitos relacionados aos valores humanos, com o perdão, a tolerância, o respeito e à diversidade, ou seja, a consciência planetária dos direitos humanos.

Nessa perspectiva, apesar da evolução do reconhecimento e da prática dos direitos humanos, ainda há a presença de violações em suas estruturas nos dias atuais, a escola, na sua função social e política, envolve-se nas temáticas em que se libera o desenvolvimento das práticas de sensibilização e reflexão, transformando o espaço na convivência de relações saudáveis. Apesar da escola não conseguir evitar que a violência se manifesta em seu entorno, “é possível colaborar para que esses problemas não se agravem, através de políticas educacionais de Estado, na criação de ações que visem integrar a família na escola” (CUSTÓDIO, 2016).

As dificuldades se inserem a partir do entendimento das problemáticas complexas trabalhadas nos tópicos anteriores, em que uma adversidade possui relações diretas e indiretas com a manifestação da violência, do qual a sociedade e o Estado precisa atuar de forma conjunta para mudar toda a estrutura que se perpetua ao longo dos anos, quebrando paradigmas e superando tabus com os padrões sociais,

Nesse contexto, é necessário assumir coletivamente o compromisso de contribuir com a construção de uma nova sociedade, que compreenda a diferença como uma pluralidade enriquecedora das relações sociais, não como a desigualdade que oprime, inferioriza o ser humano. Reconhecer que há uma necessidade de promover uma educação inclusiva que valorize, respeite e (re)afirme a diversidade, que assegure a todos/as a plenitude da sua cidadania, independentemente da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero e/ou ainda identidade racial (CUSTÓDIO, 2016).

Por conseguinte, Custódio (2016) ao fortalecer a importância da diversidade sendo fruto dos aspectos sociais e econômicos decorre que, ao longo dos marcos históricos do país, as diferenças que deveriam ser vistas de maneira positiva são reproduzidas com desigualdades, onde as leis apesar de serem bem estruturadas, tem-se o desafio de assegurar questões democráticas e institucionais dentro do âmbito dos direitos humanos segundo a Constituição Federal de 1988. Além disso, o autor retrata o desafio que é alterar as características que se inserem na formação do indivíduo como sujeito de direitos apenas dentro do âmbito educacional, uma vez que perpassa as ações e práticas estratégicas e pedagógicas dentro das escolas.

Outrossim, o autor destaca como o papel da mídia, inserida no século XXI, ganhou visibilidade a partir da sustentação de seus valores que transcorrem os valores ensinados na família e escola. Ao desenvolver sua tese, Zygmunt Bauman é apresentado pela sua perspectiva de uma nova ética de relacionamentos na sociedade contemporânea, a teoria da modernidade líquida se enquadra em relações mais frágeis, que tendem a mudança rápida, afirmando as consequências de uma sociedade mais frágil e desumana.

Nesse sentido,

A educação do século XXI precisa rever seus paradigmas, fazer uma análise consciente sobre seu real papel diante da sociedade, principalmente no que diz respeito à formação social para a cidadania, para a diversidade cultural e pessoal de discentes (CUSTÓDIO, 2016).

Em vista disso, ao desconsiderar o problema relacionado à acessibilidade da educação, é introduzido outro desafio já dentro das instituições escolares, que se refere à busca de mecanismos que englobam as questões culturais, religiosas, de gênero e sexualidade, com ações que desenvolvam as habilidades críticas, dialógicas e reflexivas.

4.4 Políticas públicas destinadas às escolas em discussão a violência e a cultura de paz

As políticas públicas para Secchi (2019) estão relacionadas a tentativa de enfrentamento de um problema público, como uma de maiores destaques na categoria educacional, o Programa Saúde na Escola foi instituído em 2007 e determina

Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino (GESTÃO ESCOLAR, [s.d.]).

Seus impactos estão relacionados a avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública, a promoção da saúde e de atividades de prevenção; a educação permanente e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens, o monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes e o monitoramento e Avaliação do Programa (Ministério da Educação). O programa aborda diversas questões relacionadas à violência, como o combate ao bullying, a prevenção do uso de drogas, a educação sexual e o enfrentamento da violência sexual.

Desse modo, como já tratado anteriormente, ao se trabalhar com a violência escolar, deve-se entender que não se trata de apenas um setor individual e sim de um problema sistêmico e complexo, com adição dos novos desafios nessa sociedade moderna para contemplar o pluralismo, o respeito às diferenças e a tolerância. Assim, é necessário o

Desenvolvimento de uma capacidade de antecipação por meio de diagnóstico realista, análise prospectiva, planejamento com capacidade de aplicação, convergência de ações entre os diversos atores para o fim determinado, avaliação de processo e de resultado e, quiçá, responsabilização pelo feito e pelo não-feito no assunto (CHRISPINO; DUSI, p. 597-624, 2008)

A partir disso, Gonçalves e Sposito (2002) informam que as políticas públicas destinadas à redução a violência no ambiente escolar se originam principalmente das atuações dos setores estaduais e municipais, a problemática a ser considerada é a fragmentação de muitas dessas políticas, da qual os programas ou projetos já existentes não se complementam, o que poderia ser um fato importante para que as mesmas não sejam descontinuadas.

Por conseguinte, ao fundir políticas públicas dentro do contexto educacional, é primordial compreender os segmentos que devem estar inseridos para maximizar a efetividade das políticas. Como discorre Chrispino e Dusi (2008) sobre o primeiro projeto apresentado como política de intervenção a uma Secretaria Municipal de Educação de grande cidade brasileira, as políticas para redução da violência devem ser divididas em três níveis: gestão de rede, gestão escolar e gestão de ensino.

Na primeira gestão, está envolvida a articulação de agentes públicos em prol da busca da proteção para a criança e ao adolescente, com os potenciais parceiros de secretarias e grupos universitários, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público e da Educação. As ações capazes envolvem pesquisar, preparar, organizar, elaborar, oferecer e capacitar proposta que envolve a melhora dos atores envolvidos, programas e projetos que possibilitem atividades, utilização de estratégias relacionadas à participação dos agentes públicos neste processo.(CHRISPINO; DUSI, p. 597-624, 2008)

Já a gestão escolar objetiva identificar problemas e solicitar soluções aos agentes públicos do grupo gestor regional, tendo as políticas públicas a serem elaboradas de acordo com a particularidade das unidades de ensino, com o intuito de identificar os problemas e as soluções específicas em cada ambiente escolar. Neste grupo, os parceiros são mais delimitados aos segmentos da sociedade, com o grupo pedagógico, a comunidade, os gestores, além da secretaria de educação estadual ou regional e dos agentes públicos do entorno.

Cabe ressaltar que, apesar de todos os esforços envolvidos, a atuação da gestão escolar também considera a possibilidade de um episódio de violência ocorrer na escola, destacando a importância da organização de um plano orientador de ação, com o apoio de profissionais especializados em áreas diversas. Por último,

a gestão de ensino se ambienta na atuação de debates de temas que estão relacionados à composição de um espaço para os estudos com destaque na solução de conflitos, realizando o exercício que envolve o respeito da diversidade, da tolerância e da implantação da Cultura de Paz. (CHRISPINO; DUSI, p. 597-624, 2008).

5. O PROJETO EMPAZ - Escola Mediadora que Promove a Paz

O Projeto Escola Mediadora que Promove a Paz (EMPAZ), surgiu em 2017 sendo uma ação da Célula de Mediação Social que é integrante da Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar, da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME). Essa Célula de Mediação Social atua efetivamente a partir de sua articulação entre escolas, distritos, SME e outros setores estratégicos da sociedade, desenvolvendo suas ações a partir de três eixos, segundo Fortaleza (2017):

I - Fortalecimento Organizacional (Articulação)

a) Visa agregar parceiros e integrar ações.

II - Promoção da Cultura da Paz (Prevenção)

b) Visa realizar ações de prevenção à violência e desenvolver habilidades socioemocionais.

c) III - Resolução dos conflitos que se agravaram (Resolução)

Visa agilizar a tomada de decisões (individuais, coletivas, setoriais, interinstitucionais, etc) para resolver pacificamente os conflitos.

Além disso, a Célula tem seus valores relacionados a força transformadoras com base em ações educativas, gerando novos comportamentos e poder restaurar vínculos com uma educação “significativa, transformadora, sensível e criativa, construiremos uma sociedade mais justa, humana e solidária” (FORTALEZA, 2017), para uma sociedade igualitária.

Entre as justificativas que levou a Célula a criar o projeto EMPAZ foi os dados do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), no índice de Homicídios na Adolescência (IHA) que revela que, em 2015, Fortaleza liderou o ranking de assassinatos na adolescência e o Ceará em terceiro lugar com maior índices de homicídio na faixa etária dos 12 aos 18 anos. Dessa maneira, esse território nordestino ficou entre os primeiros lugares no ranking da violência entre os jovens gerou o surgimento do

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, criado pela Assembleia Legislativa do Ceará e coordenado tecnicamente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), um colegiado que caracteriza-se como uma instância de

estudo, debate, mobilização e projeção, articulando diversos atores e instituições num esforço coletivo em defesa da vida.

Ainda segundo o Fortaleza (2017), em 2016, o Comitê publicou o relatório “Cada Vida Importa”, com doze evidências e recomendações para entender o contexto da violência que se insere a trajetória dos estudantes, tanto de vítima como de agressor, na tentativa de elaborar respostas devidas para reduzir o alto número de delitos contra a vida. Dessa maneira, a educação é mencionada em diversos momentos, disseminando “a necessidade gritante de transformar a escola num ambiente disseminador da Cultura de Paz, aproveitando e aperfeiçoando o seu potencial gerador de relações humanas solidárias e de promoção da cidadania” (FORTALEZA, 2017).

Assim, como a escola é bem compreendida como um dos primeiros contatos com as relações humanas que posteriormente envolvam a sociedade, houve a necessidade de criar estratégias de convivência, de tolerância e respeito ao diferente, para que as crianças e os adolescentes sejam capazes de lidar com os conflitos e as necessidades de maneira consciente, com atitudes empáticas que vai estabelecer boas relações, dentro e fora dos ambientes escolares.

Acresça-se, ainda, que o projeto EMPAZ foi inspirado no projeto de Brasília: Estudar em Paz: Mediação de Conflitos no Contexto Escolar, projeto de extensão de ação contínua (PEAC) da Universidade de Brasília/DF, sob a coordenação do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos – NEP, tem como objetivo geral

Levar a proposta de mediação social para as escolas públicas do DF [...]. Para o projeto, a mediação social tem um fim em si mesmo, como método de transformação de conflitos, mas também é uma metodologia de educação para a paz e os direitos humanos (BELEZA, 2013).

Nesse sentido, considerando o contexto atual da sociedade brasileira e as questões inerentes à temática da educação que afetam o país e as perspectivas de desenvolvimento, o projeto EMPAZ se projeta na criação de um novo paradigma com ferramentas capazes de promover a resolução pacífica dos conflitos, utilizando

eixos que caracterizam os processos utilizados na Mediação Escolar desde 2013, relacionados a: integração de ações e articulação com a Rede de Apoio e Proteção; prática da mediação de conflitos; adoção das práticas restaurativas e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais. O objetivo geral é

Constituir e capacitar a Equipe de Mediação Escolar, formada por profissionais da escola, educandos e familiares, visando o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e à implantação da Mediação de Conflitos e dos Processos Circulares como estratégias de prevenção à violência e de promoção da Cultura de Paz no ambiente escolar (FORTALEZA, 2017).

Ademais, dos participantes que irão participar do projeto que compõem a equipe de mediação escolar estão: alunos do 6º ao 9º ano, gestores, coordenadores, orientadores educacionais, professores, funcionários e familiares. As unidades escolares escolhidas tiveram que estar dentro do requisito de sua localização geográfica se localizar em áreas de grande vulnerabilidade social. O Projeto, desenvolvido como experiência piloto em 2018, iniciou a implementação com 13 unidades de ensino contempladas, dentre essas, a rede pública municipal Professor Martinz de Aguiar, capacitando 238 pessoas, que se distribuem entre profissionais das escolas, alunos e familiares. Segundo o site da Secretaria Municipal de Fortaleza (2023), em 2019, houve a ampliação desse número para 35 instituições, formando 564 mediadores escolares, dos quais 390 eram alunos. Além disso, durante o período pandêmico, o Projeto foi adaptado para possibilitar o alcance virtual e, em 2021, 60 unidades escolares participavam do Projeto.

Dessa forma, os resultados esperados são:

Existência de um clima escolar saudável, com relações interpessoais cooperativas e acolhedoras; Redução das manifestações de violência no ambiente escolar; - Resolução dos conflitos escolares de forma pacífica, assertiva e amparada pela legislação; - Diminuição da aplicação de sanções disciplinares; Prática sistemática dos processos circulares fortalecendo o diálogo entre os diversos segmentos da escola; Organismos colegiados agindo de forma integrada e colaborativa; Melhoria dos processos educacionais com reflexo direto na aprendizagem dos alunos (FORTALEZA, 2017).

Nessa perspectiva, o projeto EMPAZ está dividido em 3 etapas no seu desenvolvimento, a primeira é a sensibilização, com a apresentação do projeto para oportunização, adesão e corresponsabilização das escolas e dos atores envolvidos de maneira direta ou indireta,

A sensibilização para o Projeto será de responsabilidade dos técnicos da Célula de Mediação (SME/Distrito de Educação) e se dará através da realização de palestras, apresentação de vídeos, rodas de conversa, discussões e vivências com a temática da Educação para a Paz.

Em continuidade, a sensibilização deve ser realizada em 3 diferentes momentos. O primeiro momento é formado pela apresentação da equipe técnico-administrativa e estratégica da Rede Municipal: Coordenadores, Gerentes e Assessores, reservado para exaltar a importância do apoio dentro das instituições e o esclarecimento de dúvidas. No segundo momento, é a apresentação para os gestores da escola e a assinatura do Termo de Compromisso e as atribuições dentro do projeto. E no terceiro momento, envolve toda a comunidade envolvida na escola, com profissionais, famílias e alunos para promover o comprometimento com essa comunidade.

A rigor, é a partir da primeira etapa da sensibilização promovida com a comunidade escolar que a segunda etapa se insere com o tema de constituição da equipe de mediação escolar, do qual é feita a partir da disposição voluntária do indivíduo, sem exceder 30 pessoas, composta por:

Membro nato: Diretor, Orientador Educacional e Coordenador Pedagógico; Professor e/ou funcionário: pelo menos 1 por turno; Pais ou responsáveis: pelo menos 1 por turno; Alunos (acima de 12 anos): pelo menos 5 por turno; Coordenador da Equipe: um dos membros será escolhido pela Gestão para ser a pessoa de referência para o projeto, é aconselhável que esteja presente na escola nos turnos manhã e tarde e que tenha o perfil de mediador apresentado nos momentos de sensibilização para os gestores.

A partir dos momentos formados, a terceira etapa a capacitação da equipe de mediação escolar, sendo um processo contínuo e acompanhado pela Célula, com quatro momentos distintos, do 1º momento relacionado à formação inicial e o último a formação continuada, onde

No primeiro ano de implantação do projeto, o acompanhamento e a formação continuada acontecerão mensalmente, no segundo ano a cada três meses e a partir do terceiro ano, os encontros serão semestrais ou conforme as necessidades da equipe/escola.

Com as três etapas bem estruturadas e com o projeto em andamento, há durante o percurso o monitoramento, feito a partir de visitas periódicas às escolas com encontros entre os coordenadores da Equipe de Mediação Escolar e os técnicos da SME e Distritos para “discutir, avaliar e redimensionar as ações do Projeto e do Plano de Ação da Escola” (FORTALEZA, 2017). Por último, a partir dessas visitas, será feita a avaliação das ações, compreendendo as dificuldades e as necessidades encontradas para a realização das etapas e desenvolver propostas que visem assegurar a plena atuação da Equipe de Mediação a fim de obter resultados positivos na negociação de conflitos objetivado pelo Projeto EMPAZ.

6. ESTUDO DE CASO: ESCOLA MARTINZ DE AGUIAR

A escola municipal Professor Martinz de Aguiar fica localizada no bairro Monte Castelo, dentro da Regional 3, o bairro foi fundado em 1945, sendo seu nome uma homenagem à Batalha de Monte Castello, ocorrida na Itália contra o exército alemão na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) da qual as tropas brasileiras auxiliaram na vitória do combate (Diário do Nordeste, 2010).

Segundo Borges (2021), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Áreas Integradas de Segurança (AISs), divisão da cidade de Fortaleza feita pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), a AIS 4 que contempla os bairros: Álvaro Weyne, Carlito Pamplona, Centro, Farias Brito, Jacarecanga, Monte Castelo, Moura Brasil, São Gerardo e Vila Ellery, apenas três bairros possuem o IDH médio (Centro, Farias Brito e São Gerardo) e as outras seis restantes localidades possuem o IDH baixo.

Tratando especificamente do Monte Castelo, o IDH do bairro foi notificado em 0,43, foi a oitava AISs no ranking de homicídios, com 74 casos entre janeiro a dezembro de 2020. Nesse sentido, o bairro não apresenta condições satisfatórias nos quesitos de saúde, educação e renda e, como dados obtidos de outros autores anteriormente, temos a influência do ambiente externo que afeta o desenvolvimento pessoal e interpessoal do estudante da rede pública (Borges, 2021).

Ademais, apesar do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da instituição ter evoluído ao longo de 10 anos, considerando que em 2011 o IDEB era 3,2, em 2021 o índice aumentou para 5,4, o aprendizado ainda não é considerado adequado. Com todos esses dados envolvidos, a escola Martinz de Aguiar, localizada em uma área de vulnerabilidade social, atendeu os critérios necessários para integrar-se ao projeto EMPAZ.

6.1. Ações e resultados do Projeto EMPAZ no município de Fortaleza

A escola municipal Professor Martinz de Aguiar é situada próxima ao Açude João Lopes, ao lado da creche que recebe o mesmo nome do local com o espaço é bem amplo, como demonstrado na figura 01, foram realizadas 3 visitas em diferentes dias no espaço ao longo da pesquisa.

Figura 01 - Entrada do Colégio Martinz de Aguiar



Fonte: Elaborada pelo autor.

A primeira visita, ocorreu no dia 26 de setembro, o professor de história e membro da coordenação de pedagógica, Evilázio, proporcionou uma retomada histórica de seu conhecimento a respeito da cultura de paz, iniciou falando sobre o projeto embaixador da paz, do qual o professor teve seu contato inicial em outra escola que trabalhava, mas devido ao período de isolamento social, foi suspenso o projeto.

E em 2022, o entrevistado se inscreveu no programa Educa em Paz, que faz parte do Promoção da Cultura de Paz (ProPaz), que se insere na capacitação da formação dos professores. Ao indagar os reflexos da pandemia, do qual os níveis de tolerância foram reduzidos e considerando o período eleitoral em 2022, o professor ressaltou a importância do papel de ações que promovam a cultura de paz, apesar de todas as problemáticas enfrentadas, reforça o papel da escola na promoção da articulação do meio para os estudantes, como pontua durante a entrevista

[...] eu sempre digo, e eu falo com alguns professores na formação desse mês, nós não temos o direito de desistir desses meninos, dessas meninas. Qualquer pessoa pode desistir deles. Eles podem desistir deles, as famílias podem desistir, nós não. É o nosso trabalho

de educador. Então, se a escola não fizer a diferença na vida desses meninos, a gente já pode fechar as portas.

Em seguida, ao abordar o projeto EMPAZ que ocorreu no ano passado, o professor explica que aconteceram cinco encontros mensais de quatro horas a nível básico, e o restante da carga horária à distância, totalizando 40 ou 60 horas. Com relação a 2023, foram formadas novas turmas e foi ofertado o nível de aprofundamento com mais 5 encontros, ao mesmo tempo. Durante a entrevista, o entrevistado cita que os cursos tiveram o auxílio de Joelma, técnica da Célula de Mediação Social, responsável pelas formações, as temáticas são dentro da cultura de paz, perpassam alguns termos como comunicação não violenta, educador como mediador de conflitos, a questão da justiça restaurativa, das terapias sistêmica, entre vários outros temas que estão dentro desse arco da mediação social.

Além disso, é importante esclarecer que em meados de 2018, a estrutura do projeto era diferente do que ocorre atualmente, a formação era dada dentro das escolas e a Célula dava a formação para um grupo de professores e um grupo de alunos e alguém da gestão. No entanto, não era em todas as escolas que contemplavam o projeto que a Célula ia até o local, a Martinz de Aguiar foi uma das escolas descritas como referência, mas o professor explica que não pode se desenvolver mais uma vez já que o mesmo não trabalhava na escola no momento.

Outrossim, ao investigar o envolvimento de outros profissionais, o professor de história afirma que os educadores da escola são muito envolvidos, os supervisores escolares, a coordenação e a direção. Já ao averiguar o empenho dos alunos, o entrevistado comenta:

[...] eles participam de tudo. É uma relação muito interativa. Muito envolvida, muito comprometida. A gente passa por quem está fazendo o curso, porque por uma escolha mesmo. Todo mundo se entrega mesmo aqueles momentos. Inclusive, algumas vezes algumas pessoas se emocionam, enfim, mas as pessoas se envolvem bastante.

Em agosto do mesmo ano, ocorreu a oferta de nova turma de nível básico, e as turmas formadas do ano anterior viraram turmas de aprofundamento, sendo o nível 2 dos cursos e acrescenta o interesse de haver um terceiro nível ainda

mais desenvolvido. Em continuação, é abordado uma problemática na análise geral do curso, sendo a quantidade de tempo ofertada, como falado pelo professor: “parece que é um tema que nunca se esgota, mas assim, a gente sempre fica com aquela ânsia de mais, né?”.

Ademais, a Célula de Mediação Social dentro da SME é um projeto pioneiro, como explicado pelo entrevistado, apesar das inspirações de outros projetos de Brasília e Rio de Janeiro, a criação da Célula é fundamentada na cidade de Fortaleza, com cerca de 7 anos da sua implementação, essa segue mudando a mentalidade das pessoas dentro da própria secretaria, depois das escolas, dos educadores, o professor inclusive brinca “cadê os registros? A gente precisa registrar, vamos documentar isso”, dando ênfase que a história não pode ser esquecida, precisa ser documentada para não ser perdida, ter um registro claro, garantido o fluxo das comunicações e auxiliando nos usuários finais, cumprindo a função de “constituir-se num centro ativo e dinâmico de informações e ser um instrumento de conservação de documentos” (MENDES, 2014).

Em seguimento, delimitando-se ao aspecto da cultura de paz, o entrevistado expõe que é fundamental dentro das instituições escolares a incorporação dessa cultura, “a gente precisa mudar as mentalidades, quebrar alguns estigmas, né? É muito difícil, é muito difícil, não é fácil. Sobre a questão da comunicação não violenta, de mediar e não julgar”,

[...] e assim, a escola, ela é também uma... igual a qualquer outra parte da sociedade, ela virou meio que uma indústria. Produção e série. Então a gente é meio que... Sabe, era um turbilhão de coisas pra fazer e é tudo ao mesmo tempo agora. A gente tem muitas demandas, pouca gente. Então, mudar isso tudo é muito difícil. E encontrar pessoas dispostas a mudar a mentalidade e a romper com essa lógica da descoação, da culpa...

A partir disso, o professor, destacando seu perfil de historiador, explica que a história é composta por três séculos de escravidão, então a cultura do castigo ainda é muito presente, e, até atualmente, é dificultoso de romper com toda essa estrutura, mas há essa tentativa e é necessário continuar tentado, “é uma mudança que é necessária”, como o entrevistado comenta, saindo dessa cultura retrógrada e desenvolver a ideia da restauração, da mudança de comportamentos dos indivíduos.

Além de tudo, há a perspectiva fora do ambiente escolar que envolve toda essa ruptura de hábitos, principalmente na escola pública, existem os fatores atrelados a todas as adversidades possíveis, que vão além da “miséria financeira”, a estrutura familiar, casos de violência, abusos e alcoolismo, predomínio de facções nos arredores, por exemplo, permeiam os desafios de estruturar todos os paradigmas apresentados para uma cultura de paz, o entrevistado disserta: “as pessoas chegam grossas, cheias de problemas, sabe?”, e quando se têm um ambiente que resume de 4 a 6 horas que propõem modificações, mas o restante das horas diárias se concentra em um mundo violento, sem um suporte adequado, mantêm-se um círculo vicioso em que as mudanças são estagnadas e retrocedem com os mesmos obstáculos diários.

Dessa maneira, no primeiro dia visita, houve o acesso a um profissional que leciona e participa da coordenação pedagógica do curso, oportunizando expor parte da trajetória do projeto EMPAZ, do qual se alinha a realidade do ambiente externo onde os mecanismos que mantêm a exclusão e a desigualdade reproduzem a violência e compreendendo a escola no papel de desenvolver cidadãos tolerantes em um compromisso constante de membros ativos capazes de contornar os desafios enfrentados na perspectiva da mudança de cultura para um espaço de promoção a paz, de inclusão e restauração.

No segundo momento, durante a primeira visita, o embaixador da paz e monitor Davi foi entrevistado e explica que seu primeiro contato com a cultura de paz iniciou a partir de sua entrada na escola, relatando a necessidade da existência de um projeto como o EMPAZ, ele acredita que a maior dificuldade para uma boa eficácia do projeto é o do ambiente fora da escola, “a gente tem que ver em casa o que o aluno sofre”, como bem relatado, os alunos afetados por algum tipo de desestruturação familiar, possuem um comportamento introvertido e, ao longo do andamento do Projeto, começam a se expressar e interagir mais com outras pessoas, “eles chegam na gente para conversar [...]. Não é tão fácil, mas sim tem algum resultado, de forma positiva”.

Em prosseguimento, ao indagar os encargos do embaixador no cotidiano, a resolução de conflitos é predominante na atuação diária, vinculando-se em um sistema que não ocorre julgamentos das partes envolvidas e com o intuito de, além

de solucionar a situação, facilitar a relação das partes, evitando chamar os pais ou responsáveis dos envolvidos, considerando a adversidade que pode surgir nessa situação em que os pais, ao invés de buscar auxiliar para contornar a problemática, pode acabar agravando o conflito na medida que os responsáveis dos alunos começam a dirigir xingamento uns para os outros e desencadeia a ameaças de briga e morte, por exemplo.

O embaixador afirma que conseguiu observar progressivamente mudanças em alunos mais problemáticos, dentre eles, o mesmo exemplifica a situação de um aluno que “dava trabalho, na hora do intervalo era dando tapa, aquelas brincadeiras, sabe?” e está atualmente inserido no grêmio da escola, é líder de sala e não teve mais episódios de agressão com os colegas.

Dando seguimento, o embaixador expôs outras parcerias que a escola tem para suscitar neste aspecto da cultura de paz e suas características envolvidas, a primeira é que, apesar da escola não contar com psicóloga, esta tem parceria com um dos postos do bairro, do qual realiza projetos dentro da instituição, e outra parceria que foi mencionada foi a do Cuca (Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte), da qual aconteceu uma das formações no espaço em junho deste ano, onde ocorreu conjuntamente na presença de alunos de outras escolas, como exposto na figura 02.

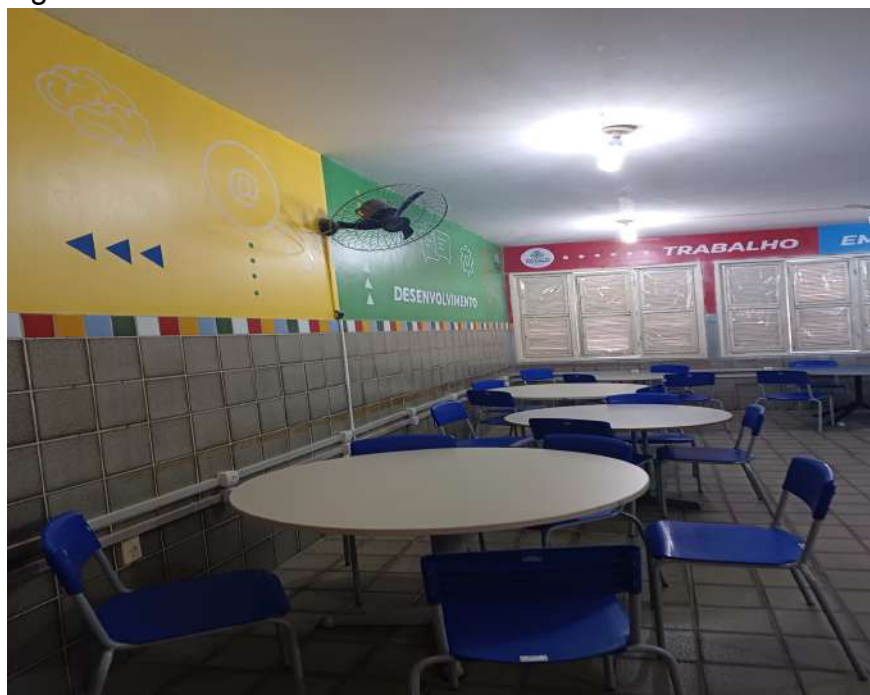
Figura 02 - Aula de formação do módulo EMPAZ



Fonte: Elaborada pelo orientador educacional.

Como encerramento da entrevista, o embaixador informou que as formações que ocorrem dentro da escola são nos espaços da sala de informática, do laboratório de ciências ou na biblioteca, como mostra nas Figuras 03, 04 e 05.

Figura 03 - Sala de informática



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 04 - Laboratório de ciências



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 05 - Biblioteca



Fonte: Elaborada pelo autor.

Além disso, durante a locomoção para os ambientes em que ocorrem as formações, foi observado artes do Projeto EMPAZ que ocorreram na antiga gestão em 2017, como mostra nas figuras 06, 07 e 08. Ocorreu-se a tentativa de investigar, questionando os entrevistados e buscando fontes para adquirir maiores informações do artista e do momento em que o Projeto se encontrava, no entanto, todos os entrevistados afirmam não ter informações mais aprofundadas sobre as pinturas.

Figura 06 - Arte realizada anterior a atual gestão



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 07 - Continuação da arte realizada anteriormente à atual gestão



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 08 - Fim da arte realizada anteriormente à atual gestão



Fonte: Elaborada pelo autor.

Dessa forma, na segunda entrevista realizada com o embaixador da paz, ocorreu um acesso mais direto às mudanças positivas que podem ser observadas no comportamento dos alunos, entendendo a resolução de conflitos de uma maneira virtuosa que promova o respeito entre os envolvidos. Ademais, houve a descoberta da parceria com o posto de saúde do bairro que contribui para a promoção da saúde mental, incluindo, conseqüentemente, no agrupamento de ações que efetivas fora do ambiente escolar que fomenta a implementação contínua da cultura de paz, modificando o meio externo que agrega no suporte de desempenho da mudança de relações na sociedade.

No segundo dia de visita, ocorrida no dia 04 de outubro, a entrevista foi realizada com o profissional de referência da escola, Daniel Tavares, na tentativa de investigar mais como ocorreu o projeto EMPAZ nos anos anteriores a pandemia, foi explicado que o projeto abrangia mais segmentos que agora, estavam inseridos além dos professores e funcionários da escola, pais que se voluntariaram para participar conjuntamente. No entanto, ao solicitar maior detalhamento desse processo, foi comunicado a dificuldade de prolongar o assunto, visto que a maioria dos membros da escola que estavam presentes nesse período foram desligados, o profissional até informa que investigou mais informações de como foi realizado a atuação, mas as explicações a respeito eram muito rasas.

Dando continuidade, o entrevistado esclarece que atualmente o projeto EMPAZ está sendo realizado em todas as escolas do fundamental II, e, de preferência, pelo orientador educacional de referência, mas Daniel informa que, na regional 3, ele é o único profissional de referência, em outras escolas, a gestão escolar escolhe o profissional a ser responsável pelo projeto, podendo ser um professor readaptado ou, geralmente, profissional de AEE (Atendimento Educacional Especializado), juntamente com o embaixador da paz.

Nesse sentido, expondo como funcionaria o projeto inicialmente, foram repassados os responsáveis membros: o diretor, o profissional de referência, o embaixador da paz, outro profissional da gestão, familiares e os alunos. No caso da escola Martinz de Aguiar, a direção optou por trabalhar com os alunos que são líderes de sala (sem especificação de gênero etário e de cor), processo realizado por votação de turma entre os estudantes e, além disso, foi selecionado apenas os alunos do 6º e 7º ano na justificativa de ver a questão da continuidade. Iniciando a composição por 10 alunos, 6 líderes pela manhã e 4 líderes pela tarde, as formações também tinham o planejamento de levar os alunos para um local, como foi citado pelo embaixador da paz, que uma das formações ocorreu na rede Cuca do Pici.

Contudo, houve uma orientação que, após o retorno das férias do primeiro semestre, as formações iriam acontecer na escola, sendo primeiro repassado para o profissional de referência e o embaixador da paz e, em seguida, repassar para os alunos, retirando o envolvimento dos familiares e funcionários. As orientações são passadas pelo módulo e cabe a cada gestão decidir se vai ou não realizar adaptações, no primeiro módulo, é trabalhado a questão da cultura de paz, o entendimento da sua teoria, o segundo módulo é sobre a comunicação não violenta, o terceiro relacionado a mediação de conflitos, na época da entrevista, ainda não tinha sido repassado para os alunos e, por último, o quarto módulo retrata a justiça restaurativa.

Outrossim, no mesmo período de retorno das aulas, foi realizado um módulo de revisão aos estudantes que não puderam comparecer à rede Cuca, adicionando mais duas alunas do 8º ano, o número de vagas é estabelecido pela direção da escola. Todavia, devido ao fato dos módulos serem apresentados no

turno da manhã, alguns estudantes do turno da tarde têm dificuldade de comparecer aos encontros, considerando que o orientador atua apenas pela manhã na escola.

Em prosseguimento, o entrevistado discorre de sua experiência com o projeto EMPAZ, de início, ele foi convidado para participar do projeto assistindo à Célula, e posteriormente, teve a oportunidade de participar de um módulo por 3 dias seguidos em uma escola no Genibaú. Nesse módulo, ainda tinha os segmentos dos familiares e funcionários, o que o profissional explica que fica muito mais produtivo, com mais detalhes nos depoimentos. Assim sendo, o orientador informa que a Célula tinha comunicado que haveria um momento posterior com os segmentos afastados, mas que no momento, continua aguardando um retorno.

Ao indagar sobre a percepção de cultura de paz, o profissional aborda que realiza outro projeto de cultura de paz na escola que é um coral, que trabalha com 2 alunos de cada série realizado nas sextas-feiras, utilizando ferramentas para trabalhar cultura de paz, sempre mediando a partir de uma roda e utilizando o “bastão da fala” que trabalha a escuta ativa, respeitando o momento de fala dos outros, com perguntas sobre concepção da cultura de paz para os alunos.

Por conseguinte, na averiguação de mudanças, o entrevistado relata que vê o projeto de médio a longo prazo, e como o planejamento não ocorreu de forma satisfatória, já que segundo as datas repassadas no cronograma, o início do projeto começou no dia 11 de abril e o primeiro encontro com as crianças no dia 11 de maio, ocorrendo uma semana depois um encontro para aqueles que não puderam comparecer no primeiro módulo e, como retratado anteriormente, até a presente data da entrevista, o módulo 3 não tinha sido realizado.

Dessa maneira, o orientador relata que o projeto em si é maravilhoso, porém só por estes momentos pontuais em que os módulos ocorrem, não tem como garantir que os alunos serão capazes de absorver e aplicar os conteúdos, com poucos espaços de conversa. À vista disso, a entrevista com o orientador forneceu esclarecimentos da realização do módulo, entendendo o planejamento, o número de alunos contemplados, a abertura do aprofundamento das temáticas que são trabalhadas e os segmentos que operam atualmente. Deste modo, é possível observar as alterações sofridas desde do material de Fortaleza, em 2017, e realizar

a análise dos módulos que ocorreram para investigar possíveis medidas a serem executadas no sentido de efficientizar os resultados esperados do projeto EMPAZ.

Em continuidade, na semana seguinte, no dia 11 de outubro, foi realizada a terceira visita, desta vez, o foco aconteceu na observação participante da aula de módulo 3, temática de mediação de conflitos. A aula ocorreu no turno da tarde às 13:30, com 6 alunos presentes, a abertura do módulo foi iniciada com a apresentação dele e com uma música tocada pelo orientador educacional sobre respeito ao silêncio, em seguida, foi efetuada uma técnica de respiração antes de iniciar os tópicos a serem abordados. Após isso, o orientador leu o cartaz que estava no centro da roda, além do cartaz, havia papéis coloridos, giz de cera, canetinhas, livros sobre a cultura de paz e papel com logo do projeto EMPAZ, como mostra a figura 09.

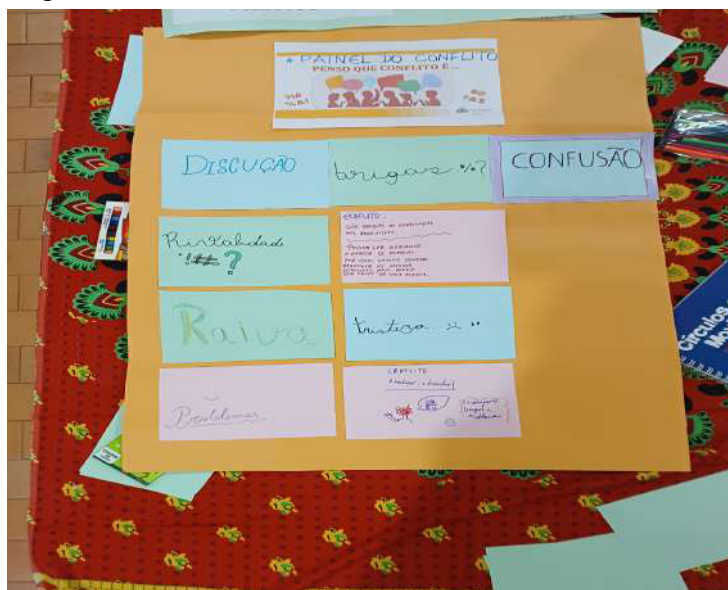
Figura 09 - Tapete com o cartaz de Cuidados Amorosos, materiais de escrita e papéis coloridos.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Assim, após a leitura, ocorreu um momento de *check-in* de como os estudantes presentes estavam se sentindo emocionalmente. Em seguida, a primeira atividade prática consistiu em escrever nos papéis coloridos o que os alunos pensavam que eram conflitos, após todos finalizarem, os papéis foram colocados em uma cartolina chama de “Painel do Conflito”, como relatado na figura 10:

Figura 10 - Painel do Conflito



Fonte: Elaborada pelo autor.

Em prosseguimento, ocorre uma vivência reflexiva, que se resumiu a uma experiência com alunos em uma brincadeira de “queda de braço” orientada pelo educador para causar bom senso entre as partes a partir do que poderia ser o conflito. Posteriormente, foi passado um vídeo de uma escola em Brasília contemplada pelo Projeto Educar em Paz, onde abordava transformar as competências de estudantes de líderes negativos para líderes positivos.

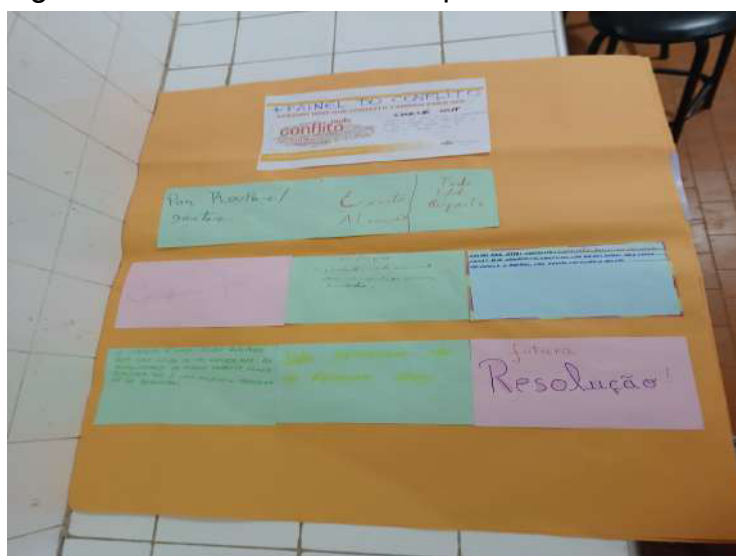
Em sequência, foi mostrado a foto de um iceberg que fez uma analogia com os conflitos, mostrando a parte aparente do iceberg sendo o conflito manifesto e a parte que fica submersa na água do oceano com o conflito latente, depois, foi posto dois vídeos sobre mediação, o primeiro, caracterizando o papel do mediador juntamente com suas habilidades e o segundo, simulando uma mediação.

Após a reprodução dos vídeos, deu-se início a roda de compreensão, onde cada aluno tinha que relatar uma habilidade da mediação que deveria ser desenvolvida na escola. Nesse quesito, algumas respostas registradas foram: disponibilidade de mais pessoas com quem conversar durante um conflito; salas reservadas para mediação e consultas diárias nas salas de aula para saber se há necessidade de mediação.

Para encerramento, após tudo retratado no módulo, foi realizado novamente o Painel do Conflito, com os novos panoramas integrados ao decorrer da

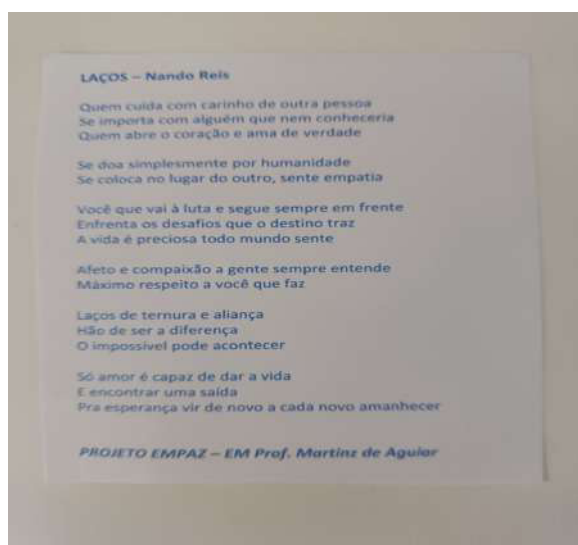
aula mostrado na figura 11 e com uma canção do Nando Reis, exibido na figura 12, juntamente com a figura 13, que conta com a participação do orientador profissional e a pesquisadora, segurando respectivamente, o cartaz de Cuidados Amorosos e o 1º Painel de Conflito, realizando as comparações encontradas no primeiro momento dos valores agregados após o entendimento da aula voltada a resolução de conflitos.

Figura 11 - Painel do Conflito após-módulo.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 12 - Letra da música tocada de Nando Reis - Laços.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 13 - O orientador educacional, segurando o cartaz Cuidados Amorosos e a pesquisadora, Leticia Teles, segurando o 1º painel de Conflito.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Dessa maneira, a apresentação do módulo 3 foi exposta seguindo o cronograma da Célula e com adaptações criadas pelo profissional de referência, promovendo dinâmicas que suscitam o aprendizado, promovendo o olhar acentuados dos estudantes, compreendendo o papel do mediador como uma mudança positiva naqueles que estão se empenhando para cumprir seu papel

designado e naqueles que serão beneficiados em um ambiente de respeito e tolerância a diversidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise do projeto EMPAZ - Escola Mediadora que Promove a Paz como uma política local que promove condições inclusivas e participação social para alunos de uma instituição pública no município de Fortaleza, a fim de contribuir para a propagação do movimento de cultura de paz. Ao realizar esse estudo, foi observado a realidade que a escola selecionada para a pesquisa está situada com ações executadas pelo profissional de referência e pelo embaixador da paz que fizeram a capacitação do projeto.

Em continuidade, esse trabalho buscou compreender os aspectos estruturais e históricos, abordando o ambiente escolar em razão ao aumento da violência, contextualizando a sociedade para ressaltar seu papel de mudança na trajetória de um indivíduo a partir do resgate histórico dentro da temática utilizando a pesquisa qualitativa, retomando dados bibliográficos e documentais na primeira etapa, para o desenvolvimento posterior da pesquisa de campo e utilização de entrevistas semi-estruturada e observação participante, conforme demonstrado anteriormente.

Nesse sentido, a concepção da cultura de paz norteia as políticas públicas para a sociedade na totalidade, cujos programas, projetos e políticas são amparados por um arcabouço institucional-legal. Como tende a ser nas políticas públicas, a política para mitigar conflitos e construir uma cultura de respeito, diversidade e tolerância nasce num ambiente legal de garantia aos direitos humanos que estrutura a criação do projeto EMPAZ no âmbito local.

O aspecto da cultura de paz tem diversos panoramas conectados, tendo sido utilizados nesta pesquisa os termos família, economia, social e educação para apontar a evolução conceitual das ramificações para a reprodução da violência, tendo suas conexões positivamente bem estruturadas. Além disso, concluiu-se que os professores pesquisados têm uma visão crítica em relação à cultura de paz nas escolas e a implementação do Projeto EMPAZ dentro da escola. Com a consciência de que a aprendizagem não envolve apenas a captação de conhecimentos específicos, onde as relações entre o meio externo e as condições de vida são pontos cruciais para desenvolvimento do projeto.

Em relação à trajetória para realização desta pesquisa, é importante mencionar as limitações geradas tanto pela implementação recente do projeto como pela pandemia do Covid-19, considerando que o contexto mundial citado estagnou por um período a aplicação prevista anteriormente e pela troca considerável de membros capazes de auxiliar na compreensão do projeto nos anos iniciais. Devido a isso, ocorreu a ausência da possibilidade de realizar entrevistas com profissionais e, possivelmente, dos principais beneficiários do projeto, que são os mediadores formados nos anos anteriores a 2023.

Os dados apresentados acerca da dimensão da violência, bem como as consequências dentro do ambiente escolar, exercem pressão para inserção da cultura de paz na sociedade, a importância da realização das entrevistas efetuadas para computar dados sobre a escola, uma vez que anteriormente não havia dados pertinentes e concretos sobre a política, com ausência de trabalhos específicos sobre a escola e o projeto, se inserindo no foco para estudos futuros.

Assim, não é possível afirmar que a implementação do Projeto promove um método de transformação de conflitos oriundo da violência comentada para a metodologia de educação para a paz e os direitos humanos em Fortaleza, tendo a realização de uma análise sob esse panorama foi deixada para o desenvolvimento de pesquisas futuras, não alcançando o objetivo no que se refere ao seu processo funcional na cultura de paz, tendo como os objetivos pré definidos atingidos parcialmente. Apesar disso, o Projeto tem potencial e dispõe de ferramentas capazes de promover a mediação com foco na promoção da paz..

Dessa forma, ao evidenciar que o ambiente escolar é uma parte considerando o conjunto de circunstâncias que produzem e reproduzem a violência, entendendo a realidade da estrutura socioeconômica, torna-se fundamental a atuação mais ativa do Estado por meio das políticas públicas relacionadas ao meio social, promovendo a redução das distinções que provocam a desestabilização de uma sociedade igualitária, tolerante e com respeito a diversidade, entendendo o papel do gestor de políticas públicas como objeto contribuinte na medida em que empenha-se no estudo crítico que compõem um perfil profissional que envolve os aspectos políticos, técnicos e éticos, como bem aponta no projeto pedagógico do curso.

8 REFERÊNCIAS

ADM. **Como a pandemia tem afetado as relações interpessoais?** Disponível em: <<https://site.vidalink.com.br/site/blog/3959/como-a-pandemia-tem-afetado-as-relacoes-interpessoais/>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ARAÚJO, A. P. Justiça Restaurativa na Escola - Estado do Conhecimento. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 76–90, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/12877>. Acesso em: 4 nov. 2023.

BARRETO, LUCIANO SILVA. **Evolução histórica e legislativa da família**. 2013.

BELEZA, F. T., & Carneiro, Y. G. (2016). **Estudar em paz: uma proposta de educação para a paz por meio da mediação social**. *Revista Interações*, 11(38). <https://doi.org/10.25755/int.8500>

BORGES, Messias, **Geografia do crime: áreas de Fortaleza com piores IDHs concentram maior número de homicídios em 2020**, Diário do Nordeste, disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/geografia-do-crime-areas-de-fortaleza-com-piores-idhs-concentram-maior-numero-de-homicidios-em-2020-1.3057840>>. acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. pp. ISBN

CHRISPINO, Alvaro; Dusi, Miriam Lucia Herrera Massoti. **Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz**. Ensaio, v. 16, n. 61, p. 597–624, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/wgXgNmtrfL6hxnDPBywJPSt/?lang=pt>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

Coronavírus Brasil. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>.

Corrêa, R. A. (2003). **Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas.** *Linhas Críticas*, 9(16), 158–160. <https://doi.org/10.26512/lc.v9i16.3159>

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. **Cultura de paz, perdão e valores humanos: um desafio para a educação escolar brasileira do século XXI.** *Protestantismo em Revista*, v. 40, p. 29–38, 2016. Disponível em: <<http://ism.edu.br/periodicos/index.php/nepp/article/view/2556>>. Acesso em: 4 nov. 2023.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Monte Castelo quer ser visto.** Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/monte-castelo-quer-ser-visto-1.236734>>.

DOCKHORN, Vanessa. **O que é a bolha social e como ela pode impactar na minha vida?** [S. l.], 18 out. 2022. Disponível em: <https://psicologiadockhorn.com/blog/o-que-e-a-bolha-social-e-como-ela-pode-impactar-na-minha-vida/#:~:text=O%20que%20é%20bolha%20social%3F,de%20quem%20tem%20pensamentos%20contrários>.

EDUCAÇÃO Municipal promove aula de lançamento do projeto Escola Mediadora que Promove a Paz (Empaz) 2023. [S. l.], 14 abr. 2023. Disponível em: https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8826:educação-municipal-promove-aula-de-lançamento-do-projeto-escola-mediadora-que-promove-a-paz-empaz&catid=79&Itemid=509.

FOLTER, Regiane. **O que é patriarcado?** [S. l.] 27 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/patriarcado/#:~:text=Na%20sociedade%20patriarcal%20C%20prevalecem%20as>>.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação. **CÉLULA DE MEDIAÇÃO SOCIAL E CULTURA DE PAZ.** 2017. Disponível em:

https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/files/2017/COGEST/PROJETO_EMPPAZ_-_V_F.pdf.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/20595>>.

Gonçalves de Pinho, R. (2016). **JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM NOVO CONCEITO**. *Revista Eletrônica De Direito Processual*, 3(3). Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/redp/article/view/22177>

GONÇALVES; Luiz Alberto Oliveira Gonçalves; SPOSITO, Marília Pontes. **Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 101–138, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/FsRWdSHj4MwjXVKfMmLzshJ/>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

Jovens são os mais afetados pelos efeitos da pandemia, mostra estudo. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-03/jovens-sao-mais-afetados-pelos-efeitos-da-pandemia>>.

Impactos da pandemia na educação no Brasil. **Portal Institucional do Senado Federal**, [s.d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>

KARINE *et al*, **O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo**, *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 25, n. 2, p. 655–664, 2020.

LIMA, Elisangela. **Violência na escola: Consequências no Ensino Aprendizagem e proposta de intervenção**. [S. l.] jun. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14759/1/ECL29062016.pdf>

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN: 85-98623-01-6. 10 p.

MEDINA, Vilma. **Consequências da violência escolar. Guiainfantil.com Brasil**. Disponível em: <https://br.guiainfantil.com/violencia-escolar/47-consequencias-da-violencia-escolar.html>. Acesso em: 3 nov. 2023.

MENDES, Rafael de Jesus, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO A PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS FOTOGRÁFICOS SOB A VISÃO ARQUIVÍSTICA, [s.l.: s.n.], 2014.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F . **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

MORESI, Eduardo, *Metodologia da Pesquisa*, Brasília, 2003, Universidade Católica De Brasília – UCB, Pró-Reitoria De Pós-Graduação – PRPG Programa De Pós-Graduação Stricto Sensu Em Gestão Do Conhecimento E Tecnologia Da Informação. Disponível em: Acesso em: 30/06/2013.

NASSIF, T. **Polarização no meio digital dificulta diálogo social**. Disponível em: <<https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2019/07/05/polarizacao-no-meio-digital-dificulta-dialogo-social/>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

NOVA ESCOLA. **Centro e periferia: desigualdades educacionais**, Novaescola.org.br, disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2767/centro-e-periferia-desigualdades-educacionais>>.

Os dados mostram explosão no número de ataques a escolas no Brasil. BBC News Brasil, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckryl4epnpeo>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Polarização política aumenta discurso de ódio, casos de bullying. Disponível em: <<https://ibee.com.br/materia/polarizacao-politica-aumenta-discurso-de-odio-casos-de-bullying-episodios-de-ofensas-agressoes-e-racismo-entre-alunos-de-diversas-instituicoes-de-ensino-do-brasil/>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Programas e Projetos - Programa Saúde na Escola - Gestão Escolar. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=175>>

Programa Saúde nas Escolas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>>.

Projeto Pedagógico do Curso de Gestão de Políticas Públicas. Disponível em: <https://gestaopoliticaspublicas.ufc.br/wp-content/uploads/2018/05/ppc.pdf>

ROTHGIESSER, Tanya Linda. **Cidadania Digital: uma proposta de educação complementar para a inclusão digital e o combate às desigualdades sociais no Brasil contemporâneo – o caso CDI**. Rio de Janeiro, 2010. 200 p. Dissertação de

Mestrado – Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Secchi, L.. (2014). **Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning.

YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos.** 2. Ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.